



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA	Nº: 1136/05	DATA: 11/08/2005
INÍCIO: 10h59min	TÉRMINO: 13h24min	DURAÇÃO: 02h25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h25min	PÁGINAS: 71	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

LUIZ CARLOS TREMONTE - Diretor do Sindicato da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará — SIMASPA.
DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Analista Ambiental da Gerência Executiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA no Estado de Pernambuco.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.
Há intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nos termos regimentais, declaro aberta a 38ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, a exploração e o comércio ilegal de madeira e a biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 37ª reunião. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Pedimos a supressão da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em atendimento à solicitação de V.Exa., nobre Deputado, dispensamos a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em decorrência de aprovação de requerimento de autoria do Deputado Sarney Filho, Relator desta CPI, esta Comissão se reúne hoje, em audiência pública, para ouvir o Sr. Davson Alves de Oliveira, analista ambiental da GEREX do IBAMA-PE, e o Sr. Luiz Carlos Tremonte, Diretor do Sindicato da Indústria Madeireira do Sudoeste do Pará.

Convido o Sr. Luiz Carlos Tremonte a se encaminhar à mesa para o seu depoimento. *(Pausa.)*

Inicialmente, solicito que o Sr. Luiz Carlos Tremonte preste o juramento, em atendimento ao art. 213 do Código de Processo Penal.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Bom-dia a todos. Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha que o crime de falso testemunho está assim descrito no Código Penal, no art. 342: *“Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha...”*, estando cominada para esse crime a pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Tem a palavra o Sr. Luiz Carlos Tremonte, podendo usá-la até 20 minutos, caso deseje fazer uso dela antes de responder às perguntas dos Deputados.



O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Eu gostaria de responder dos Deputados e que me dessem 5 minutos no final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Inicialmente, temos aqui as seguintes perguntas: qual é a jurisdição do SIMASPA?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Novo Progresso, Pará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quem determina a jurisdição de cada sindicato?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Provavelmente, as empresas da região. A nossa região abrange desde Novo Progresso até Itaituba. Ela faz Novo Progresso, Itaituba, Moraes de Almeida, Trairão até Jacareacanga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ou seja, o Município de Novo Progresso está sob a jurisdição do sindicato local?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quem liderou a paralisação da BR-163 ocorrida no início do ano?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - A liderança... Não houve uma liderança, e, sim, a sociedade civil organizada, em desespero, na necessidade de trabalhar, é que fizeram aquela mobilização. Isso tem fitas gravadas. Está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, mas quem articulou esse movimento da sociedade civil organizada?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Veja bem, eu sou de Itaituba. Eu represento o sindicato por Itaituba. Para os senhores terem uma idéia, Itaituba até Novo Progresso são 400 quilômetros. Com muito boa vontade, a gente consegue fazer em 12, 13 horas de viagem. Então, a minha tripulação mais é na região de Itaituba. Posso-lhes garantir que foi feito um ato público em que toda a sociedade civil decidiu, por unanimidade, paralisar a rodovia naquela ocasião que foi, se não me engano, no final de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E houve um acordo para tanto entre sindicatos de madeireiros e produtores rurais?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não só produtores rurais, toda a sociedade civil organizada, o Sindicato Comercial, a CDL, os trabalhadores de um modo geral.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quantas empresas o SIMASPA representa?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Em torno de 205.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Duzentas e cinco?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Perdão, 205 é o total de empresas que tem na região. O Sindicato tem mais ou menos 70 filiados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Setenta filiados.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quantas já foram embargadas ou interditadas pelo IBAMA após 2003?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não sabe de nenhuma que tenha sido embargada ou interditada?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não. Provavelmente uma ou outra, mas eu desconheço, realmente desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quantas das empresas que integram o SIMASPA pertencem ou já pertenceram ao senhor ou à sua esposa, D. Cleide Soares Tremonte?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E como que o senhor é diretor do sindicato?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Eu tenho uma indústria em Itaituba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Indústria?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Indústria, indústria de transformação de madeira. Eu sou produtor de lâmina de madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ou seja, a sua empresa não é filiada ao SIMASPA?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Lógico que é, em Itaituba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Então, não faz parte do SIMASPA?



O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Faz parte do SIMASPA, porque o SIMASPA abrange desde Novo Progresso, Castelo do Sonho, Trairão, Moraes de Almeida e Jacareacanga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim. Então, das empresas que integram o SIMASPA, se sua empresa integra o SIMASPA, quantas pertencem a V.Sa.? Uma, então?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Uma, uma empresa, somente uma, em Itaituba, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Além dessa na região, fora dessa região o senhor tem alguma outra empresa?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Única?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Única.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Alguma vez a sua empresa ou outra que já teve e já fechou foi embargada ou interdita pelo IBAMA?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Por que a empresa Amex, Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Madeira, pertencente à sua esposa... Ainda pertence à sua esposa?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, há muitos anos. A nossa indústria era na Várzea Grande, no Mato Grosso, e, com a proibição do mogno — nós éramos produtores de mogno basicamente —, ficou muito distante trazer madeira. Então, nós fomos obrigados a levar a indústria mais próximo da madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor vendeu ou fechou a empresa?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Fechei a empresa, infelizmente. Indenizei todos os funcionários, não consta sobre essa empresa nenhuma ação trabalhista sequer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas consta um débito de 113 mil junto ao IBAMA?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não consta?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, não devemos absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sugiro ao senhor verificar isso, para não deixar essas coisas correrem.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É o Auto de Infração 408651, série D, de setembro de 2004.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Eu não tinha a empresa em setembro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas essa empresa não estava funcionando em 2004?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não. A qual empresa que o senhor está se referindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - À Amex.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Amex? Não, senhor. Há algum equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor veja aqui: Amex — Indústria, Comércio de Exportação... Endereço: Av. Mato Grosso, 120.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, essa empresa não estava funcionando, com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em Várzea Grande. Já estava fechada?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Estava, exatamente, foi vendida em 2001, desativada. Nós paramos as atividades lá em novembro de 2001, mais ou menos, dezembro de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ou seja, esse auto de infração foi feito à revelia, sem que os senhores assinassem? Ninguém assinou?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Eu desconheço, estou sabendo agora. Até gostaria que o senhor me passasse, para eu poder levantar, por favor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nós vamos fornecer um xerox para o senhor, até porque eu acho que é de interesse da sua empresa, para ficar com uma situação cadastral absolutamente livre.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Hoje, no trabalho dos senhores, é preciso certificação, há muitas empresas que só compram se a empresa estiver completamente certificada, não tiver nenhuma restrição. Portanto, acho que caberia ao senhor tomar as providências nesse caso.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Esta CPI recebeu denúncia de que o SIMASPA teria dado 450 mil, em meados de 2004, para o Sr. Marcílio Monteiro, Gerente Executivo do IBAMA em Belém, para que não houvesse fiscalização dos planos de manejo, num trecho de cerca de 500 quilômetros, ao longo da BR-163, entre Novo Progresso e Santarém. O que o senhor poderia dizer a respeito?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - É uma mentira absoluta de quem falou, a pessoa desconhece completamente. O Sr. Marcílio é gerente em Belém, não faz parte da gerência na nossa região, e quem é o responsável pela fiscalização chama-se Flávio Montiel, aqui de Belém. Eu tive, nos últimos 14 meses, mais de 150 reuniões, mais de 30 visitas a Brasília, pedindo, implorando o desejo daquela região de trabalhar. Daí, jamais essa possibilidade pode ser colocada, até porque a região não está trabalhando há mais de um ano quase. Novo Progresso, para vocês terem idéia, o ano passado, talvez em junho do ano passado, não tinha o problema do desemprego, que é uma das grandes solicitações que venho fazer para esta CPI. E, um ano depois, hoje, uma cidade com 35 mil habitantes tem 12 mil desempregados. Lá no fundo está o Prefeito de Novo Progresso, que não tem como administrar. Eu tenho aqui para entregar para os senhores todos os protocolos que nós fizemos nesse um ano de luta, ou nesses 14 meses. Tudo que foi acordado com o Governo Federal não foi cumprido. Ou seja, a região hoje não tem um problema florestal. Tem, sim, um problema social gravíssimo. E eu queria implorar para que esta CPI aqui pudesse ir até a região *in loco* para que pudesse averiguar o que estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor disse que o Governo não tem cumprido. Aqui, realmente, nós temos uma



complementação dessa denúncia que recebemos de que, tendo pago os 450 mil ao Sr. Marcílio Monteiro, posteriormente houve fiscalização, com conseqüente quebra do acordo. Para poder transportar a madeira, que já se encontrava nas esplanadas, foi exigido um valor de mais 2 milhões.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Isso é uma mentira absurda, uma coisa de maluco, desculpa, não dá nem para responder uma pergunta dessa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. O senhor vendeu ou fechou a sua empresa em 2001?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Ela foi vendida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Vendida?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Vendida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Então ela continua existindo. Ela pode ...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, ela foi vendida com o maquinário dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com o maquinário? E a empresa foi fechada?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Foi fechada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito, está certo. Esta CPI recebeu informação de que o Sr. Marcílio Monteiro, o que pode ser facilmente verificado pelo sigilo telefônico, em meados de 2004, ligava freqüentemente para o senhor várias vezes por dia. É isso verdade ou mentira?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - É verdade. Tanto ele ligava para mim quanto eu também ligava para ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Qual era o assunto?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - O assunto era o seguinte: no dia 30 de agosto, tivemos uma reunião aqui em Brasília com o Ministra Marina Silva e com todo o *staff* do IBAMA, do INCRA, do Ministério do meio Ambiente e do MDA. E, naquela oportunidade, foi feito um acordo para que nós pudéssemos trabalhar a safra 2004. E esse acordo dependia de reuniões entre o Dr. Marcílio e o superintendente do INCRA na época, que era o Sr. Beto. E, por conta disso, nós nos falamos muitas vezes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Há uma outra empresa que gostaríamos de saber se é de sua propriedade. E não se chama Amex, chama-se Lamex.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Foi de minha propriedade há muitos anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Também foi fechada?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Foi em São Paulo e foi fechada. O setor, no caso, o (*ininteligível*), em São Paulo, até o ano de 2000 mais ou menos, éramos em 18 grandes atacadistas de lâminas de madeira. Infelizmente, hoje não tem mais nenhuma. Não só a minha como todas as outras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nós vamos encaminhar também ao senhor um documento de uma autuação também pelo IBAMA de 2004.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Impossível, minha empresa está fechada há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Também para que o senhor possa tentar zerar isso aí. Na seqüência, na semana passada, portanto coisa bastante recente, recebemos informação de que, por ocasião de uma operação realizada pelo IBAMA na região de Novo Progresso — é parte do seu sindicato, não é? —, na semana passada, fiscais do IBAMA teriam lavrado autos de infração incriminando caminhoneiros, que foram também designados fiéis depositários, que estavam fazendo transporte de madeira de empresas, madeiras que estavam em empresas do Prefeito daquele Município, no sentido de isentá-lo de responsabilidade. O senhor tem conhecimento do fato?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Da forma como o senhor está colocando, não. Eu fiquei sabendo que foram presos alguns caminhões com os motoristas. De onde era a madeira e para onde ia, seguramente, não tenho como lhe afirmar, mas isso, sim, ocorreu, e nesse momento, inclusive, houve quase uma tragédia naquela região. Porque, como a população está desempregada, houve um confronto com a Polícia Federal, e quase que houve uma tragédia realmente. A Polícia Federal acabou liberando os motoristas para que isso não ocorresse.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Foram só autuados e foram liberados?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Exatamente. Inclusive ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E continuam como fiéis depositários?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não sei informar para o senhor. Inclusive, eu mandei essa informação — eu tenho por hábito mandar *e-mail* para todas as pessoas com que a gente tem contato aqui no Governo Federal —, mandei até para a própria Casa Civil. Essa informação tem aqui nesse dossiê que eu vou passar para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor poderia repetir qual era a razão dos telefonemas que o senhor fazia com o senhor Marcílio Monteiro em 2004, para que fique bem claro, da forma como lhe aprouver. Fique à vontade.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Perfeito. Nós fizemos, em 2004, cerca de 20 reuniões, ou mais, para que pudéssemos definir como seriam liberados aqueles projetos de manejo na região. Veja bem: era um projeto de manejo que já estava protocolado na gerência de Santarém. E ficou designado aqui em Brasília que quem ia cuidar dessa operação seria o Sr. Marcílio e o Sr. Beto, do INCRA. Por conta disso, nós fizemos várias ligações, no sentido de agendar reuniões, inclusive — só para completar — a última reunião foi dia 7 de dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Do ano passado.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - ... do ano passado. E ele me ligou daqui de Brasília: *“olha, você tem que acompanhar uma equipe-tarefa”*, coisa desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Qual relacionamento que V.Sa. tem com o Sr. Valmir Clímaco?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Nós somos da mesma cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor tem conhecimento da extração de madeira por parte do Sr. Clímaco dentro do Parque Nacional da Amazônia?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Nunca ouvi falar. Nem conheço onde é o Parque da Amazônia. Fiquei conhecendo ontem no mapa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor já fez algum tipo de negociação com funcionários do IBAMA do Pará ou de Brasília, ou do Ministério do Meio Ambiente?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não entendi a pergunta. Que tipo de negociação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor fez algum tipo de negociação: algum acordo, não só acordo ilícito, algum acordo realmente ...?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Fiz, fiz com a Ministra Marina Silva, com o Presidente Marcos Barros, com o Presidente Rolf, do INCRA, e com todo o *staff* do IBAMA. Quando falo fiz, em nome do sindicato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim. E que tipo de acordo o senhor fez?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Para que a gente possa trabalhar, liberando projeto de manejo. Por exemplo, o primeiro acordo foi feito no dia 30 de agosto do ano passado. Como é que foi feito esse acordo? Por conta do asfaltamento da BR 163, os projetos de manejo que estavam naquela linha lá, eles teriam uma preferência para serem georrefenciados e, dessa forma, dando legalidade para que nós pudéssemos trabalhar, de forma transitória, até que o projeto de lei de concessão florestal pudesse tramitar e andar. Isso realmente ocorreu. No dia 15 de setembro, a Ministra prometeu para nós, em 15 dias, que o INCRA começaria a fazer o trabalho de campo — isso verdadeiramente ocorreu. Porém não se concluiu. Dos 78 projetos que nós passamos para o IBAMA, na época, para a própria Ministra Marina Silva, eles, na época, caíram para 49, e o INCRA só conseguiu georrefenciar 33 projetos de manejo. Esses projetos de manejo foi uma equipe aqui de Brasília, chefiada pela Dra. Cristina Galvão, com a intenção de liberá-los para que salvassem a safra 2004, apesar de já estar no final da safra. E, no dia 7 de dezembro, tivemos uma reunião em Santarém, chefiada pela Dra. Cristina Galvão, com todos os engenheiros florestais detentores desse projeto, na qual foi liberado, seriam liberadas as coordenadas desse projeto à tarde, para que os engenheiros fizessem as correções ideais. Infelizmente, naquele dia houve uma ação da Polícia Federal, se não me engano, chamada Faroeste, na qual prenderam 11 funcionários do INCRA, inclusive o superintendente. A partir de lá, nunca mais



evoluiu. São projetos lícitos, projetos georrefenciados pelo INCRA, e que nós até hoje lutamos para que esses projetos sejam liberados, porque não tem por que não liberar. Nós não fizemos negócio com um funcionário, nós fizemos negócio com a instituição.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, posso fazer uma questão de ordem? Desculpe-me interromper.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não, Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, na última sessão, já no final da sessão, tivemos uma sessão secreta. Nessa sessão secreta foram aprovados alguns requerimentos. Eu queria perguntar a V.Exa. quantos Deputados estavam presentes à sessão secreta e qual foi o objetivo da aprovação dos requerimentos em sessão secreta, porque, na minha avaliação, qualquer requerimento pode ser aprovado em uma sessão normal. E a informação que tive — na verdade, são informações que não estão registradas, por isso estou pedindo a V.Exa — é de que havia apenas 2 Deputados presentes. Queria que V.Exa. dissesse quantos Deputados estavam presentes, quais são os Deputados e por que os requerimentos foram aprovados em sessão secreta sem a presença de um *quorum* que considero suficiente para discutir e debater os requerimentos que foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Zé Geraldo, vou responder rapidamente. Depois voltaremos ao assunto ao terminar a oitava, porque acho que é um assunto de extrema relevância o que o senhor coloca. Quero dizer a V.Exa. que eu não presidi a reunião passada, mas a informação que temos é de que alguns requerimentos foram aprovados no início da sessão, que depois se transformou em reunião reservada para ouvir uma parte do depoimento do Sr. Carlos Bicelli. Como faltavam alguns requerimentos para serem aprovados, eles foram aprovados ao término dessa reunião reservada. Não sei informar ao senhor, mas nós vamos obter essa informação, com os registros taquigráficos, se o requerimento a que o senhor se refere foi aprovado na parte inicial ou na parte final da reunião.



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu faço essa observação, Sr. Presidente, porque, na verdade, tinha alguns requerimentos, inclusive 3 de minha autoria, e eu gostaria de ter podido discuti-los.

Naquela sessão, estiveram aqui presentes, no máximo, 2 Deputados, um de passagem. Eu passei aqui quase o dia inteiro. À tardinha, precisei sair, porque havia reunião na Comissão de Orçamento, da qual sou membro. Hoje de manhã fui verificar, porque não tinha conhecimento de quais os requerimentos teriam sido aprovados. Inclusive 3 de minha autoria. Um deles convoca o jornalista que fez a matéria da *Rede Globo*.

Penso que são requerimentos que poderiam ser debatidos num *quorum*. A assessoria informou que tentou nos localizar, mas não pude ser localizado. No entanto, gostaria de ter estado presente à votação.

Então, a informação que tenho, ou que não tenho, é a de que não tinha *quorum*. Havia um ou dois Deputados presentes. Eu não sei se tinha Deputado. De repente, estava só o Presidente ou o Relator e foi aprovado esse requerimento, que é de extrema importância para debatermos. É por isso que estamos fazendo essa indagação. São requerimentos de minha autoria, mas que gostaria que tivessem sido colocados em votação neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sr. Deputado, os seus requerimentos não foram aprovados?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eles foram aprovados. E foram aprovados outros. Agora, o que se questiona é que não tinham Deputados presentes nessa sessão. Eu não sei quem estava. Eu não sei se V.Exa., que é Presidente, estava. Se o Relator estava ou quem estava. A pergunta que faço é: quantos Deputados e quais, nomes, e qual foi o interesse de ter votado os requerimentos sigilosamente, porque todos poderiam ter sido votados em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Vou solicitar à secretaria que providencie a resposta para encaminhá-la a V.Exa. por escrito.

Voltando às perguntas, na seqüência, gostaria de perguntar ao depoente: nós temos aqui na CPI um jornal em pauta, de Santarém e Baixo Amazonas, do dia 29 de janeiro deste ano. Nesse jornal há 2 afirmações que V.S^a faz: primeiro, que a Ministra Marina Silva e o Diretor de Florestas do IBAMA, Antônio Carlos Hummel,



teriam enganado o setor e não cumprido o que haviam prometido quanto à liberação dos planos de manejo. O senhor poderia explicar exatamente o que o senhor pretendia dizer nessa reportagem?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Bem, nunca me referi ao Sr. Hummel. Eu me refiro à Ministra. E quero lhe dizer com toda a segurança que, infelizmente, a Ministra assumiu um compromisso, e ela não honrou com o compromisso. No dia que estivemos com a Ministra, no dia 30 de agosto, eu fui muito claro com a Ministra: *“Ministra, nossa região, ela está pedindo socorro. Se não puder resolver o nosso problema, que seja claro com a gente. O que não pode é o IBAMA fazer como faz a vida inteira, empurrar com a barriga”*. E ela foi muito objetiva, ela falou: *“Olha, nós não vamos empurrar, nós vamos resolver. Quanto tempo vocês precisam para resolver?”* Eu falei: *“Ministra, nós estamos no meio da safra, nós precisamos de sete dias”*. E ela falou... Eu tenho muito mais matéria que isso aí. Viu, Deputado? E, infelizmente, não fui cumprido. É verdade o que está no jornal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O jornal é claro aqui. Pode ser que o jornal não tenha reproduzido exatamente o que o senhor disse, mas diz aqui que o Sr. Tremonte afirmou que o setor foi enganado pelo Governo, pois tanto a Ministra quanto o Diretor de Florestas do Ministério — não diz Antônio Carlos, diz Carlos Hummel — não cumpriram o que haviam prometido. Mas há um outro trecho, relacionado com essa mesma reportagem, que diz o seguinte...

LUIZ CARLOS TREMONTE - Mas eu confirmo isso, sim, só excluo o Sr. Hummel, porque eu nunca falei o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sei. Quando o senhor se refere a planos de manejo, o senhor se refere a planos de manejos nos assentamentos ou assentamentos de fora?

LUIZ CARLOS TREMONTE - Todos os planos de manejo. Nós defendemos, por exemplo, que sejam criados PDSs. E até costume dizer que a Irmã Dorothy morreu, mas o ideal dela não morreu. Nós desejamos, sim, que sejam criados PDSs, mas a única forma de um PDS, ele ir para frente, ou seja, o assentado ter dignidade, é o setor florestal junto, trabalhando de forma legal, com projeto de manejo sustentado. Eu defendo a legalidade do setor, eu defendo de forma veemente o plano de manejo sustentado, porque eu entendo que é a única forma de perenizar a floresta. E eu percebo que o setor florestal, o madeireiro de modo geral, ele paga a



conta de tudo. E eu não tenho dúvida de afirmar aqui nesta CPI que o madeireiro ainda vai ser taxado o herói da Amazônia, porque é o único que pode verdadeiramente perenizar a floresta. Nós desejamos a floresta em pé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas não é isso que o senhor afirma aqui no jornal, não. O senhor diz assim...

LUIZ CARLOS TREMONTE - Eu não conheço essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A respeito da existência de madeira nos assentamentos do INCRA, a sua afirmação é taxativa: *“Onde é que tem isso aqui, me mostre o INCRA. Mesmo que existisse não teria matéria-prima suficiente. A maioria dos lotes dos assentamentos está totalmente ou até 50% desmatada, não tem mais madeira”*. Parou aí a sua afirmação. Agora a minha pergunta: estaria ocorrendo, na sua região, o mesmo que foi denunciado em Anapu, no âmbito do Plano Safra Legal 2004? Ou seja, estariam sendo emitidas autorizações de desmatamento para assentados em lotes que não tinham madeira, visando apenas esquentar uma madeira que já tinha sido retirada ou madeira oriunda de outras regiões?

LUIZ CARLOS TREMONTE - Quero deixar bem claro: eu defendo a criação de novos PDSs. Tenho o documento que vou passar para os senhores aqui. De novos PDSs. Por quê? Os assentamentos que existem hoje não têm mais madeira, a realidade é essa. O assentado, por necessidade de fazer dinheiro, vender uma madeira de qualquer forma para o madeireiro que trabalha na ilegalidade. E nós não queremos isso. Então, os assentamentos existentes... Eu não conheço essa matéria que o senhor está me mostrando. Eu tenho 150 matérias, mas essa eu não conheço. Os assentamentos que existem hoje não têm mais madeira. Então, não adianta... Por que provavelmente eu estou falando isso? Porque, no dia 3 de fevereiro, numa outra reunião, no Ministério do Meio Ambiente, sem a presença da Marina Silva, porém com a presença do Presidente do IBAMA, do Presidente do INCRA e todo o seu estafe, o que eles colocaram para nós para safra de 2005? Ou seja, nós estivemos, em agosto, implorando pela safra de 2004, não conseguimos. E o que sobrou para a safra 2005? Os projetos de assentamento e que eu, na oportunidade — vocês podem levantar no Ministério do Meio Ambiente —, no dia 3 de fevereiro, falei para todos: *“Isso é utopia, porque os assentamentos não têm mais*



madeira". Quando eu me refiro à madeira, eu digo madeira comercial, não significa que está devastado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Exato.

LUIZ CARLOS TREMONTE - Não acredito que os assentamentos tenham sido 50% devastados, porque os colonos não têm dinheiro para isso. Eu me refiro às madeiras comerciais. E ficou, naquela oportunidade, determinado que os projetos de 100 hectares seriam liberados e de imediato. E nós estamos aqui no mês de agosto e sequer um projeto de 100 hectares foi liberado na nossa região. Projeto de desmate, há mais de 2 anos que não ouço falar que se libera na nossa região. Os colonos lá, quando derrubam uma tarefa, para poder plantar arroz e feijão, o IBAMA vai lá e multa, porque não se consegue plano de desmate na nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas o senhor não respondeu a segunda parte. Estaria ocorrendo lá o mesmo que detectamos com provas documentais em Anapu, ou seja, autorizações de desmatamentos para assentados em lotes que não tinham madeira para esquentar madeira vinda de outras regiões?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Bem, vamos lá. Em Anapu eu não conheço bem o processo, até porque não conheço o Município de Anapu. O que eu posso lhes garantir é que na nossa região plano de desmate não houve, não houve liberação de plano de desmate. Entendo que o gerente do IBAMA, o Sr. Paulo Maia, tem muita dificuldade de liberar projeto de manejo, ou seja, de fazer a região funcionar. Mas ser leviano aqui e falar que ele liberou desmate para a região seria desonesto. Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Esta semana agora foi acordada assinatura de um TAC no Ministério do Meio Ambiente. O senhor participou da reunião?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não foi no Ministério do Meio Ambiente, foi ontem e foi na Casa Civil, porque nós, ao longo desses quatorze meses, chegamos à conclusão de que, apesar da boa relação que criamos com os funcionários do Meio Ambiente, começamos a descobrir a dificuldade que eles têm de fazer alguma coisa. Então, apelamos pela Casa Civil. Essa reunião foi realizada com 20 Prefeitos que vieram aqui desesperados, porque não têm como mais administrar seus Municípios. E volto a repetir: o problema não é florestal, o problema



é social. E quero apelar para que esta CPI vá, *in loco*, visitar e ver o que está acontecendo. Vá visitar Novo Progresso, Trairão, Moraes de Almeida, Jacareacanga, para os senhores verem o caos social que tem lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O que é que está previsto no TAC?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Nós desconhecemos o TAC. O TAC está sendo confeccionado entre a Casa Civil, o IBAMA, o INCRA e o Ministério Público Federal. Nós não conhecemos o TAC. O que eles alegam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor sabe o que é um TAC.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Lógico que sei, evidente. Mas não nos foi passado para nossa aprovação. O TAC está sendo costurado por eles, porque ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quem vai assinar o TAC?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - O Ministério Público Federal, o IBAMA e o INCRA, porque o que acontece

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, não ...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Nós não vamos assinar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Os senhores não vão? Então não é TAC.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Nós desconhecemos, porque o TAC vai ser feito da seguinte forma: para cada detentor da área, aí o detentor vai assinar. Eu vou dizer para o senhor aquilo que a gente está ouvindo falar. Eles vão fazer um TAC-mãe, porque o IBAMA alega que o problema é fundiário ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E esse TAC, o guarda-chuva, quem vai assinar?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Desconheço. O Ministério Público ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O seu sindicato?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, que eu saiba não. Não fomos convidados para assinar. Pelo que eu sei, vai assinar o Ministério Público, o Presidente do IBAMA e o Presidente do INCRA, e depois, em cada unidade ... Porque, veja bem, é um TAC que não é para o nosso sindicato, preste bem atenção.



Esses projetos foram suspensos e a Portaria nº 10 não falava em suspender os projetos. Como eles foram suspensos, eles hoje têm alguma dificuldade em liberar isso. Então, não sei como vai ser feito e quem vai assinar. Nós não. Eu sei que o Ministério Público vai assinar, o IBAMA e o INCRA. É isso o que eu posso dizer. Por quê? Porque é para todo o Amazonas, todo o Pará. Então, aí teria que todos os sindicatos assinarem. Ele não é apenas para a nossa região. Ele fala em 200 projetos de manejo que estavam funcionando há 4, 5, 6 anos, e que foram suspensos por conta de um memorando que foi feito. Só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na sua avaliação, como todos os acordos anteriores, com os mesmos protagonistas, mesmos atores, desde agosto de 2003, eles não foram cumpridos, o que de diferente ocorre para que dessa vez confie que vá ser cumprido? É o TAC?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Deus queira que seja. Nós precisamos trabalhar, porque o problema que eles alegam é que é fundiário e eles estão encontrando um acordo para que a região volte a trabalhar, para que os Municípios possam sobreviver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas o senhor sabe o que é um TAC?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Lógico que sei, Termo de Ajustamento de Conduta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Termo de Ajustamento de Conduta. O que é uma conduta que precisa ser ajustada?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - O que não está claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Legal.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - O que não está legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ou seja, quem assina um TAC está reconhecendo que cometeu uma ilegalidade e não vai ser punido, desde que cumpra os termos do TAC que ele assinou.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Como foi feito um TAC para o transgênico. Não tinha leis claras, foi feito um TAC. Lá, como as leis não estão claras ... Por que o que acontece? As regras do IBAMA dizem que se pode liberar projeto de manejo em posse e tem gente que entende que não pode. Então, por isso eles vão fazer um Termo de Ajuste de Conduta, porque na região... Eu falo da minha



região, que conheço bem: 90% das áreas não têm título. E, até 2003, se liberava projeto de manejo em simples posse: em posse mansa e pacífica. De lá para cá não se libera. Como é que uma região toda que não tem título — se eles exigirem título, não têm como trabalhar — como é que vão fazer aquelas cidades que se formaram ao longo das estradas? De um dia para outro você fala que agora está todo o mundo proibido de trabalhar e está todo o mundo proibido de comer. Então, tem que se achar um caminho para que se solucione o problema social, porque nós trabalhamos normalmente. Então, qual é o caminho? O caminho é o projeto de lei. Nós somos a favor do projeto de lei de concessão florestal. Trabalhamos para que esse processo seja aprovado. Está no Senado, já passou pela Câmara — graças a Deus passou — , nós defendemos ele, porém esse processo de transição não houve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O que prevê esse projeto especificamente de grande interesse dos senhores?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - A concessão florestal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A gestão de florestas públicas.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Exatamente. A gestão de florestas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, mas aí são as florestas do Estado. Essas posses que o senhor tem são em florestas públicas? O senhor tem posses em áreas públicas?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Veja bem: naquela região toda da Amazônia lá, quando se refere à BR-163 e à Transamazônica, elas não têm títulos. As pessoas foram para lá, chamadas pelo Governo Federal, na época o Governo Militar, e não deram título. A maior parte das pessoas que lá se encontram não têm título e, até 2003, se liberava projeto de manejo em posse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Até dois mil e...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Até 2003 foi liberado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Incluindo 2003 ou para o ano de 2003?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Incluindo 2003.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agora a imprensa está acompanhando muito essas tratativas recentes do Ministério do Meio Ambiente e tem noticiado detalhes. O senhor, como é um partícipe, pode nos dizer se esses detalhes divulgados são verdadeiros ou não.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Diz a imprensa que a proposta ora em negociação com o Ministério do Meio Ambiente envolve doação de terras para assentamentos em áreas de 100 hectares nos quais será aplicado um sistema de manejo e liberação com manejo sustentado.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - É uma pena. Quem falou isso aí ou que escreveu está mal informado, me perdoe. Esse TAC não tem nada a ver com o que está sendo colocado. O TAC não tem nada a ver com isso. Existe uma proposta na nossa região para criação de PDS. O que é PDS? Projeto de Desenvolvimento Sustentável. E as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sem nenhum assentamento?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Com assentamento. O PDS só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Assentamentos novos?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Sim, o PDS é para se criar. Então, o que a gente colocou lá na região? Quem tem posse na região e que tem floresta por que não abre mão da sua floresta e se criem esses PDSs, para que dessa forma se faça a reforma agrária, para que dessa forma um assentado possa viver com dignidade e possamos ter madeira de forma legalizada e todo o mundo trabalhar em paz? Porque, como houve esse impasse que não se pode liberar projeto de manejo em pura posse, em posse simples, essa é uma idéia que a gente passou para o Governo e que foi bem aceita pelo Governo, mas não da forma que está aí. O TAC não tem nada a ver com isso. O TAC está liberando apenas os projetos que estavam em andamento há 4, 5 anos, ou seja, o direito adquirido. Mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Independentemente do tamanho? Cem hectares, mais, menos, não importa



O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, não, não, não veja bem: a Constituição Federal disse que até 2500. Não existe nenhum projeto de manejo acima de 2 mil hectares. Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Muito bem. Diz a reportagem também que nesses assentamentos — portanto, esquece o TAC — será aplicado um esquema semelhante ao do Plano Safra Legal da região de Anapu. Esse plano, conforme vem sendo demonstrado aqui na CPI, implica uma autorização para desmatamento em áreas já desmatadas. E o transporte delas sem ATPF, o que acabou prejudicando o próprio setor. O senhor acaba de dizer que muitas das áreas com assentamentos já estão praticamente sem madeira. Não estão desmatadas, mas já estão.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Com certeza, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Os senhores estão agora propondo, portanto, esses assentamentos em áreas onde ainda há madeira.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Eu gostaria que o senhor, que esta CPI convocasse esse jornalista, porque é ruim colocar no jornal uma coisa que ele desconhece. Isso é um absurdo. Nunca ouvi falar isso que ele está falando. E quero fazer uma acareação se ele colocou meu nome. Se não colocou, que a CPI convocasse, porque não pode jornalista colocar coisa desse tipo absurda. Eu desconheço (*Ininteligível.*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não há o seu nome nisso. Ele está se referindo à reunião do Ministério do Meio Ambiente. Quer dizer, não há nenhuma referência ao seu nome.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não. Isso nunca foi tratado. Nunca foi tratado. O que ele colocou aí é um absurdo, um absurdo. Não tem nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O.k. A pergunta, o senhor não respondeu. Há proposta de se fazer esse assentamento em áreas onde ainda há madeira?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Em áreas virgens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Áreas virgens. Perfeito. Áreas públicas?



O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Veja bem, o Governo diz que são áreas públicas. Eu não entendo o que é área pública e o que não é área pública. Uma pessoa que está lá há 30 anos e que tem aquela posse, mansa e pacífica, e que foi para lá chamado pelo Governo Federal, à época, eu não entendo o que seja terra pública ou não. Para nós, não importa o que seja; tão importante é o objetivo. E o objetivo é criar PDSs e fazer reforma agrária. Isso é fato. E gostaria muito que isso acontecesse realmente. Seria legítimo, até.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor já teve algum desentendimento com o Chefe do IBAMA em Itaituba?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Nem conheço o Chefe do IBAMA em Itaituba. Quem é o atual? Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Também não sei. Qual a opinião de V.Sa. a respeito do Sr. Marcílio Monteiro?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Opinião em que sentido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O Sr. Marcílio Monteiro, em alguma oportunidade, articulou com o senhor, visando à doação de recursos do SIMASPA para a campanha de algum candidato à Prefeitura de Parauapebas?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Certo. Deputado Dr. Rosinha, notou que não fiz referência a nenhum partido quando solicitei? A CPI tem informações de que em agosto de 2003 houve uma reunião no hotel Apiacás, na qual se acertou que o INCRA faria o georreferenciamento de alguns planos de manejo florestal. Vou repetir: há informações de que em agosto de 2003 — faz tempo, não sei se o senhor consegue se lembrar — houve uma reunião no Hotel Apiacás, na qual se acertou que o INCRA faria o georreferenciamento de alguns planos de manejo florestal, indicados pelo SIMASPA.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, eu vou explicar o que aconteceu. Não houve a presença do Sr. Marcílio; não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, não tem nada com o Marcílio. É outra pergunta.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Ah, perdão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Esses projetos seriam aqueles selecionados em comum acordo pelo sindicato e pelo IBAMA, considerados prioritários.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Então, vamos lá. Em agosto, nós fomos procurados pelo Deputado Airton Faleiro e, na época, pelo Superintendente do INCRA, Sr. Beto — não me recordo o nome todo dele, perdoem-me — dizendo o seguinte: que o Governo Federal entendeu a problemática da região e que queria resolver o problema da região. Portanto, nós fomos convidados a participar dessa reunião no dia 30 de agosto. E nós relutamos em vir à reunião. Porém, foi-nos informado que a reunião seria coordenada pelo Ministro Luiz Dulci. Portanto, nós viemos para essa reunião do dia 30 de agosto. Nós fomos procurados, sim, pelo Deputado Airton Faleiro, no Hotel Apiacás, porque a cidade é muito pequena e o único lugar que tem algum... isso foi público, foi absolutamente aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Esse Hotel Apiacás fica em que cidade?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Em Itaituba. E nós dirigimos aqui, para Brasília, no dia 30 de agosto, com Prefeitos, com presidente de associação comercial ou seja, com o setor social da região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A denúncia — e essa é a parte, digamos assim, mais delicada dessa denúncia — é de que cada um dos selecionados para receber esse georreferenciamento, que implicaria depois na aprovação do Plano de Desenvolvimento Sustentável teria de fazer um depósito numa conta para ser utilizada em campanha política. O valor seria de 15 mil, sendo que apenas os primeiros depósitos de 7.500 reais foram feitos; depois, o acordo não foi concretizado integralmente, razão pela qual o segundo depósito não teria sido feito. O senhor participou dessa reunião? Isso é verdade ou é fantasia?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Mais uma fantasia. E V.Exa. vai perceber aqui que fizemos um acordo com a Ministra; não foi com ninguém. Nesse acordo com a Ministra, nós entregamos uma relação de 78 projetos de manejo. Tem aqui, no dia 30 de agosto. Desses 78, eles acharam muito; nós encolhemos para 49. E, de 49, chegou em 33 que o INCRA conseguiu georreferenciar. Então, isso é absurdo. Mais um absurdo. E está aqui documentado, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor respondeu a 20 perguntas aqui que seriam feitas pelo Relator.

Só uma última, depois nós abriremos para os Deputados. Essa última, também, ela tem muito picles aqui. O senhor confirma ou desmente que responde a um processo por estelionato em São Paulo?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Vejam bem. Eu sou vítima que me tornei réu. Mas é fato e estou me defendendo e vou ganhar tranquilamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E de que se trata? É relacionado com o setor?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, eu tinha uma pessoa que tinha uma dívida comigo, do Rio Grande do Sul. E essa pessoa, para me pagar a dívida, me trouxe um apartamento... — um terreno, minto, um terreno em São Paulo. E a gente, quando tem dívida para receber, recebe qualquer coisa: cachorro, gato, o que der. E essa pessoa me deu um terreno em São Paulo. Eu fui ver o terreno. Deu-me o documento, a gente assinou a escritura. Veio o cartorário de lá, e eu peguei essa escritura e, de forma legal, mandei que ela fosse lavrada num registro de imóveis. Lá chegando, nós descobrimos que a escritura era falsa. Isso está nos autos do processo, está sendo investigado, e eu não tenho nenhuma dúvida que vai chegar a uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Estamos satisfeitos. Essa informação sua me é suficiente. Eu quero agradecer as suas respostas.

Vou passar a palavra ao Pastor Reinaldo.

Por favor, com a palavra.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Deputado Antonio Mendes Thame, Presidente desta Comissão, Sr. Luiz Carlos Tremonte, demais Parlamentares e pessoas que assistem a esta audiência pública, nós temos acompanhado, de certa forma, o desenrolar, o desenvolvimento desta CPI e temos visto que CPI aqui na Câmara e as CPIs mistas têm se caracterizado muito por “*eu não sei*”, “*eu não conheço*”, “*eu não vi*”, e que, horas depois, essas afirmativas — não digo necessariamente da que eu ouvi hoje aqui — caem por terra.

Eu creio que essas questões de madeira podem chegar a uma movimentação, talvez, tão grande quanto as movimentações que estão sendo feitas



no Banco Rural. E o prejuízo à ecologia, o desordenamento da forma como é feita esse incremento ou exploração das nossas reservas comprometem não só economicamente, mas também o meio ambiente.

Eu deixaria aqui, a título de colaboração, que, se possível — e creio que esta Comissão já tem feito isso —, houvesse alguma coisa mais incisiva para que se verifique realmente a questão dos depoimentos aqui feitos, as perguntas respondidas, algum tipo de confronto entre aqueles que produziram essas matérias na imprensa. Porque o que nós soubemos, há meses, é que houve uma tremenda falcatrua envolvendo aqueles que têm a responsabilidade de cuidar do nosso meio ambiente, a ilegalidade de exploração das nossas reservas ambientais — não digo só de madeira, porque aí também vai a fauna junto, pois o ecossistema se desequilibra.

Então, acho que é alguma coisa muito séria, que necessitaria realmente averiguações. Assim como se está indo, as outras CPIs, aos bancos, aos escritórios, à Polícia Federal — que tem ajudado de uma maneira relevante —, que esta Comissão pudesse — e tenho certeza que V.Exa. tem tido essa intenção, e estamos vendo os resultados, das pessoas que têm vindo aqui —, que houvesse a busca de uma... dos dados claros, e que houvesse as punições adequadas às infrações que são feitas, para que nós não fizéssemos parte aqui de uma CPI, como foi constatado na imprensa, na grande imprensa nacional — que tem, de certa forma, colaborado para muitos esclarecimentos de problemas nacionais —, e, no final das contas, assinar e arquivar.

Eu acho que o Sr. Luiz Carlos Tremonte, como representante de um setor muito importante para o desenvolvimento da nossa região amazônica, principalmente onde atua o seu sindicato e as suas empresas, tem um compromisso também de esclarecer essas questões pessoais da empresa, que não ficaram claras. Se a empresa não existe, está havendo autuações e outras coisas, afirmativas de envolvimento de verba, de depósito de 450 mil, se essas coisas fossem buscadas mais amiúde e, até mesmo, se possível, destacando, esta Presidência da Comissão, Subcomissões para buscar determinadas linhas. Lamentavelmente, estamos em uma Comissão em que alguns colegas chegam, e pelas grandes atividades da Casa, não no plenário, mas nas salas de Comissões, nós ficamos muitas vezes até acanhados de fazer um tipo de questionamento que



possa, assim, prejudicar até o andamento das investigações. Eu deixaria isso. Não tenho nenhuma pergunta. Creio que o Sr. Luiz Carlos Tremonte respondeu a todas que foram feitas. Se respondeu corretamente ou não, ele está sob juramento. E nós aguardamos prosseguimento para... E estamos prontos também, Sr. Presidente, a colaborar nisso aí, se necessário for em alguma missão, para colaborar com o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Pastor Reinaldo, nós estamos providenciando um cronograma para essas incursões fora de Brasília, para Goiânia e para Região Amazônica. Queria, em complemento, dizer que realmente o Sr. Luiz Carlos responde na condição de testemunha, portanto sujeito a todas as implicações do Código de Processo Penal e do Código Penal. Nós já tivemos aqui o caso de um depoente que acabou de fazer o depoimento, nós colocamos a gravação, e ele foi taxativamente desmentido. Como demos ainda a ele a oportunidade de rever seu depoimento e ele não reviu, por isso, nós encaminhamos imediatamente à Polícia Federal e ao Ministério Público para que tomem suas providências. Hoje, a jurisprudência é muito clara. Não existe mais o que havia no passado, essa história de testemunha que mente sair daqui preso. Isso não existe. Já está clara. Já foi pacificada essa questão. Mas a Presidência tem o dever de ofício de comunicar, imediatamente, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, que houve um caso de falso testemunho e, portanto, inicia-se o procedimento penal. Imagino que o depoente de hoje tenha respeitado e cumprido exatamente o que diz o Código Penal e respondido, de acordo com seu juramento, a verdade, somente a verdade.

Vou lhe dar a palavra como o senhor solicitou.

Por outro lado, também em relação às suas observações, estamos solicitando que o Sr. Tremonte nos encaminhe, no prazo de uma semana, os comprovantes, registrados em cartório, do fechamento das suas duas empresas.

Com a palavra, para os 5 minutos que solicitou, e que teria direito no início, para o seu encerramento.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Estou deixando um dossiê com V.Exas. aqui. E, nesses 14 meses, o que fizemos foi falar em legalidade. O que o setor quer é trabalhar na legalidade. Nós somos defensores — Presidente, por favor — do projeto de manejo sustentável. Essa é a única forma que temos, Deputado, de



perenizar a floresta. Nós lutamos a favor da legalidade. Para isso, costumo dizer que o IBAMA não tem que andar atrás do setor, ele tem que andar do lado do setor, andar junto do setor. Só vamos conseguir a legalidade no momento em que o IBAMA trabalhar junto com o setor. E o que acontece? Quando não se libera projeto de manejo, começam a empurrar o setor para a ilegalidade. Vou dar o número para V.Exas. aqui que é estarrecedor. A necessidade da nossa região da BR-163 é de 2 e meio milhões de metros cúbicos por ano de madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O que é essa necessidade? Necessidade de quem?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Necessidade de tora para suprir a demanda de nossa região que é de dois e meio milhões de metros cúbicos por ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ela consome na região?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE -- Na região, em toras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O que é feito com essa madeira?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Sim, a madeira é processada e cada um tem uma definição para ela. Mas eu quero dar um dado para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas fica na região ou é exportada depois?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - A maior parte da madeira da região é exportada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não é demanda da região, e ...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - É uma demanda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É uma demanda de outras regiões que se reflete numa possibilidade de processamento na região.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - É uma necessidade das indústrias instaladas na região de matéria-prima. Mas eu quero dar um dado simples. Em 2004, o IBAMA — quando me refiro ao IBAMA, eu digo o IBAMA gerente da nossa região, a gerência da nossa região —, em 2002, foram liberados 2 milhões e 400 metros cúbicos para a nossa região; em 2003, foi liberado 1 milhão e 400 metros



cúbicos para a nossa região; em 2004, em torno de uns 800, 850 mil metros cúbicos; e este ano não chega a 50 mil metros cúbicos. Alguma coisa está errada. Então, é melhor o Governo chegar e falar para aquelas pessoas que estão lá: “*Vão embora daqui.*” Não dá mais para ficar com esse tipo de hipocrisia. Por isso que a gente vem lutando com grande determinação no sentido de voltar a trabalhar.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - O senhor me permite fazer uma pergunta? No primeiro dado, quantos...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Em 2002. Isso daqui V.Exas. podem levantar no IBAMA. Se houver uma diferença...

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Em 2002?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Em 2002, foram liberados 2 milhões e 400 mil metros cúbicos; em 2003, 1 milhão e 400; em 2004, em torno de 800 mil metros cúbicos; em 2005, 50 mil metros cúbicos. Por isso que ontem estiveram aqui em Brasília 20 Prefeitos que pertencem à AMUT — Associação Municipal da Transamazônica pedindo socorro. O povo daquela região está na UTI. E quero mais uma vez conclamar para que essa UTI não venha ouvir as palavras dessa pessoa aqui. *Vá in loco* verificar. *Vá no comércio, vá conversar com as pessoas que moram nessas cidades, ver o que realmente está acontecendo.* A gente não pode continuar dessa forma. A gente tem que ter clareza. Não dá para trabalhar. Querem que todo mundo vá embora da Amazônia? Talvez seja isso. Mas eu ainda acredito no Governo que a gente está. Eu acredito que há essa solução, vai achar um caminho. E a gente acredita que o projeto de lei, assim que aprovado, vai nos dar condição de trabalhar e perenizar a floresta. Porque, mais uma vez, quero repetir aos senhores: o madeireiro vai ser taxado “*o herói da floresta*”. Ele não devasta, ele não faz o corte raso, ele não põe fogo. Para os senhores terem uma idéia, 1 hectare — se tiver alguém do IBAMA pode até me ajudar —, 1 hectare de floresta tem em torno de 18 mil árvores. Desde de uma árvore que vai de 4 centímetros até uma árvore que tem 300 centímetros de diâmetro. Isso dá em torno de 150 a 200 metros cúbicos por hectare. O setor florestal tira 20 metros cúbicos. Não chega a quase 10%. E somente as árvores adultas. Ou seja, a árvore, ela nasce, cresce e morre. Aquela árvore adulta tem que ser tirada para gerar renda, para se trabalhar. O petróleo um dia vai acabar, mas a madeira, não. A madeira é uma fonte de energia perene.



Depende de que nós possamos realmente proteger a floresta. E essa é a defesa de que a gente faz. E deixar para o senhor aqui um monte de matéria.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Sr. Presidente, uma questão, para não perder o fio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - O senhor falou que, em 10 mil metros quadrados, tem 18 mil...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, não.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Um hectare são 10 mil metros quadrados.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - São 10 mil metros quadrados, perfeito.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - E tem 18 mil árvores de até 4 metros de diâmetro.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não. Eu estou dizendo que desde a árvore que tem 4 centímetros de diâmetro até a que tem 300. É uma média, é uma estatística. Isso representa em torno de 150 a 200 metros cúbicos por hectare. E nós, quando o IBAMA libera para gente, libera 20, 25, 30 metros cúbicos. E, muitas vezes, a gente não tira nem isso, tiramos só 15.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Talvez por causa desses mais ou menos aí é que aconteçam tantos problemas nas questões de dados de que a gente precise. Porque, numa área de 10 mil metros quadrados, ter 18 mil unidades é um pouco... Eu não sei, eu não sei o que vou dizer sobre isso aí. Quanto ao senhor dizer que está confiando no Governo, vamos torcer. Mas é um dado assim... Essa questão do IBAMA é igual história de índio: uns dizem que tem 350 mil, outros dizem que tem 580. Eu não sei realmente como é que o IBAMA faz esse acompanhamento das unidades que são retiradas, que são conservadas, porque o senhor me preocupou agora em dizer que, em 10 mil metro quadrados, tem 18 mil unidades. É complicado a gente acompanhar essas informações com dados tão insuficientes e tão fáceis de serem derrubados. Então, imaginem outras informações envolvendo coisas muito maiores, envolvendo valores, envolvendo metragem de cubagem de madeira e também as necessidades das empresas que estão na região, conforme os dados que o senhor deu de hoje. Não sei como elas estão sobrevivendo com 50 mil metros cúbicos.



O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não tem como sobreviver. Eu quero dizer o seguinte: eu dei uma informação para o senhor, é uma idéia do que se tem numa região de floresta. Isso é uma idéia. É evidente que cada região tem a sua anuência. Mas é o caso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Uma última pergunta.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Mais uma informação que queria dar ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - A nossa região, ela dá em torno de 17 a 18 mil empregos diretos, uma região pobre que tem em torno de 600 mil a 700 mil habitantes da BR-163. Isso significa mais ou menos de 100 a 120 mil empregos diretos e indiretos. Eu queria só dar um dado aos senhores: em Novo Progresso, há 35 mil habitantes e, hoje, 12 mil desempregados. Isso é muito grave. Então, quero implorar para que o senhores aqui criem uma Comissão e vão para Novo Progresso, vão para a região, vão como cidadãos para ver exatamente o que está acontecendo, melhor do aquilo que estou dizendo aqui, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor me passou dados que me despertaram atenção. O senhor falou que a necessidade das empresas são de 2 milhões de ...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Na nossa região, isso para ter uma idéia, significa 100 mil hectares por ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Cem mil hectares.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dos quais se tirariam 15 metros cúbicos de cada um deles?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, 2,5 milhões é o que o IBAMA libera, mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, mas de cada um desses 100 mil hectares tiraria?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Vai-se tirar de 20 a 25 metros cúbicos, de 100 a 150 mil hectares, vamos falar mais ou menos assim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - De 100 a 150 mil hectares para obter os 2 milhões ...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - E meio de metros cúbicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ... e meio de metros cúbicos. E, hoje, quanto que está sendo processado?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Até agora nos liberaram 50 mil metros cúbicos. O número que o IBAMA tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Cinquenta mil, quando precisaria de 2 milhões e 500 mil metros cúbicos.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Vamos dar um exemplo concreto.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor disse: a sua empresa Amex foi fechada, a Lamex foi fechada, a nova que o senhor tem lá, como é que chama?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Amexport.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É o mesmo nome?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, Amexport, tudo junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Amexport. Ah, sim, aproveita o Export e o Amex. Então, a Amex foi fechada, Lamex foi fechada, são as duas cujos dados os senhores vão nos mandar. E essa Amex está no seu nome, a Amexport?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não está no meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está em nome de quem?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Está em nome de dois sócios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Então, o senhor é dono, mas o senhor não consta?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não participo do contrato social.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor ... dos dois ...



O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - São dois sócios. Eu não fico na região 30 dias, então, a gente preferiu fazer dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor poderia nos mandar também os dados dessa empresa que o senhor ...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Amexport.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E qual era o volume processado anteriormente e quanto é o volume processado hoje?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - A minha empresa trabalha com volume pequeno; a minha empresa consome 250 a 300 metros cúbicos por mês. Por quê? Porque eu sou produtor de lâmina de madeira, então se utiliza muito menos tora. Estou com 30% da minha capacidade hoje, no máximo, a ponto de fechar também, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Amexport, dirigente Rui da Silva Soares, cujo *e-mail* é Neila Pimentel.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não conheço esse *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É neilapimentel@hotmail.com.

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não conheço esse *e-mail*, mas eu passo o *e-mail* para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Rui da Silva Soares. É irrelevante. Só dizemos o seguinte: também tem alguns débitos aqui, pequenos, mas tem alguns débitos aqui junto a ...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - IBAMA?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, o senhor gostaria de receber alguns...

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não, no IBAMA, estamos fazendo algum acerto lá, sim, está tendo algum probleminha que a gente está acertando, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está perfeito. Antônio Lúcio de Matos, também é seu sócio?

O SR. LUIZ CARLOS TREMONTE - Não conheço.

(Intervenção inaudível)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está perfeito. Esse o senhor tem conhecimento, nem precisa... Está perfeito. Era isso. Queríamos agradecer a sua participação.

Convido o próximo depoente, o Sr. Davson Alves de Oliveira a tomar assento a Mesa.

(Intervenções inaudíveis.)

Na seqüência, convidamos o Sr. Davson Alves de Oliveira a prestar juramento, em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal. *(Pausa.)*

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo a testemunha de que o Código Penal, no seu art. 342, tipifica como fazer falso a testemunha ou negar ou calar a verdade, o chamado crime de falso testemunho e comina uma pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa. O Sr. Davson tem, de início, direito a falar por 20 minutos, caso queira fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Prefiro que comecem a fazer as perguntas, porque até agora não sei o que vim fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Gostaria de saber se o Deputado Pastor Reinaldo gostaria de proceder às perguntas do Relator.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Sr. Davson, há quanto tempo V.Sa. trabalha junto à Coordenação de Fiscalização do IBAMA? E V.Sa. sempre trabalhou na GEREX de Pernambuco?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Sim, senhor. No IBAMA, tenho 29 anos; e desde 92 que eu trabalho na fiscalização, desde o início, em Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Entre o final de março e o início de abril de 2005, V.Sa. participou de uma operação do IBAMA em Anapu. Que nome teve essa operação? Qual foi o objetivo dela? E se V.Sa. coordenou, em caso afirmativo, quem convidou V.Sa. para coordená-la? A primeira pergunta: se o senhor participou e que nome teve?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu participei da operação, mas o nome não me lembro, porque sempre saio do meu Estado, tem uma operação para



ser feita como foi em março e abril, uma operação em Anapu. Devido àqueles problemas que aconteceram lá.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Qual foi o objetivo dessa operação?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Foi fazer os levantamentos nos estoques de madeiras, das madeiras ali do Município.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Foi V.Sa. que coordenou essa ação?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - A pedido do nosso diretor, eu fui coordenar lá os trabalhos, com um grupo de funcionários.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Então, foi a pedido do seu chefe imediato?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Quantos funcionários do IBAMA dela participaram?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não vou dizer com certeza, mas fui eu... Aproximadamente, 8 funcionários.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Oito funcionários?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Esses funcionários são lotados em quais gerências do IBAMA?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Temos gerências de Belém, gerências da Paraíba, gerência do Piauí.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Participaram funcionários do IBAMA lotados em Altamira e Brasília?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - De Altamira participou 1... Não, 2. De Brasília, não me recordo.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - E por que razão houve, assim, essa dispersão de requisição de funcionários? Por exemplo: no caso de Altamira ou Brasília. No caso, se fosse...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Porque o que me constou lá é que, na época, o gerente do Escritório de Altamira tinha outras atividades em outros



locais e preferiu que nós fizéssemos Anapu. E o pessoal dele ia fazer os trabalhos para a gerência.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - A quarta questão é: qual é a relação entre essa operação realizada em março e abril e a morte da Irmã Dorothy, em 12 de fevereiro?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Bom...

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Ou se essa operação já estaria agendada anteriormente ao fato da morte da missionária.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Essa operação foi logo após a morte da Irmã Dorothy. E, como estava o Exército lá, junto com a Polícia Rodoviária Federal, solicitou — foi o que eu soube — que o IBAMA fosse fazer o levantamento das madeiras, haja vista a quantidade de madeiras que tinha lá. Queriam ver o que tinha legal ou não.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Necessariamente — é uma questão minha —, não teria alguma coisa ligada à morte da Irmã Dorothy, porque vocês foram fazer levantamento de madeira?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Foi. Eu não posso responder. Se tinha ou não, eu não posso responder ao senhor.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Foi a operação precedida de denúncia ou demanda do Escritório de Altamira, da GEREX de Santarém, de Belém, ou da Diretoria de Proteção Ambiental?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Bom, a Diretoria nos convoca para essas missões; ir lá para atender às demandas do escritório.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Houve alguma reunião prévia a esta missão, a essa operação? E, em caso afirmativo, quem dela participou? Da reunião prévia?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu não sei. Não participei. Se houve, não participei porque eu fui chamado lá para Altamira, para fazer esse trabalho lá, com esse grupo de funcionários.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - No caso, os senhores funcionários vão a um lugar fazer uma operação, mas levam alguma determinação, algum documento que justifique a ação?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Nós sempre procuramos o escritório.



O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Certo.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Quando Brasília nos convoca a fazer esse trabalho, para ir procurar o escritório. E lá o escritório dá as orientações.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Essa operação tem relação com as denúncias de irregularidades no Plano Safra Legal 2004 ou com problemas detectados nesse Plano Safra Legal?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Quando nós chegamos lá, eu encontrei alguns papéis que tinham esse documento com o adesivo *Safra Legal*, que ia ser encontrado nos caminhões. Mas eu não encontrei nenhum caminhão carregando madeiras com esse adesivo. Eu fui diretamente às madeiras.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Nas madeiras tinha o adesivo?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não. Não vi. Eu vi as madeiras que tinham lá. Segundo eu fiquei sabendo, esses caminhões teriam os adesivos, para transportar madeira.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Ah, sim. Certo.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Mas na madeira eu não vi.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor chegou a ver caminhões com adesivos e sem madeira?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu vi alguns caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com adesivos?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Com adesivos, mas não tinha madeira. Não estavam transportando madeira. Estavam parados lá, estacionados.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Esses adesivos tinham alguma inscrição de algum órgão do Governo, ou era uma iniciativa dos transportadores, ou do próprio Plano Safra?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Só tinha esse nome: Safra Legal.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Hum, hum.

O que V.Sa. tem a declarar acerca da denúncia de uso do adesivo “oPTante do Plano Safra Legal 2004”, sendo que no “oPTante”, o “PT”, junto ali, está em maiúsculo, destacado. Alguma conotação com o partido, provavelmente?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Bom, isso estava... num decalque tinha isso. E o levantamento de madeira eu tenho aqui. Eu fiz lá esse levantamento de todas as madeiras. Inclusive, segundo alguns madeireiros disseram lá, transportando aquela madeira, podia botar no pátio. E, como a minha função é fiscalizar os pátios das madeiras, encontrei irregularidades. Fiz o trabalho que eu tinha que fazer. Tenho tudo aqui escrito. Todas as madeiras, com os seus respectivos CNPJ, e os valores das multas que eu apliquei. Todas as madeiras estão aqui. Se o senhor quiser...

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Sr. Davson, uma pergunta acerca da denúncia do uso do adesivo que alguns caminhões e máquinas da região de Anapu estariam usando como salvo-conduto para a fiscalização ambiental...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - O que eu soube é que, transportando... que essa madeira poderia ser facilmente transportada, sem problema algum, e depositada nas madeiras.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - E alguma coisa assim... não chamou a atenção esse adesivo ter a palavra “oPTante” e as letras “PT”, que identifica um partido, estar em maiúscula, destacadamente...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Realmente tinha esse nome lá — “oPTante” — com “PT” maiúsculos. Mas eu fui mais para as madeiras, que era a minha função.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Certo. Qual a regularidade das operações do IBAMA realizadas na região? V.Sa. participou de outras operações em Anapu?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu participei como tripulante operacional em 2004, eu acho. Mas só sobrevoando a área lá. Não fiscalizei.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - De quantas operações mesmo o senhor participou?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Dessa, deste ano, e no ano passado... e outras...

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - E outras operações em Anapu?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Também.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Quantas?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não lembro. Não posso dizer quantas foram, porque a gente trabalha todo o ano e passa pelo Município várias vezes. Não posso dizer ao senhor.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Segundo informações obtidas por esta CPI, há mais de 100 empresas na região de Altamira e Anapu que trabalham com madeira. Durante a Operação Pica-Pau I, foram autuadas pelo IBAMA 13 empresas. Pergunta-se: a equipe destacada pelo IBAMA para a operação já saiu de Brasília com o nome das 13 empresas autuadas como suspeitas de irregularidades?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor. Em Anapu, eu cheguei no escritório, pedi as pastas das empresas. Porque algumas se encontram em Altamira; outras se encontram, se não me engano, em Tucuruí; e outra em Marabá. Eu fiz um documento, também sobre isso, solicitando ao gerente — e tem aí um ofício — que fosse mandado isso tudo para Altamira, porque Anapu pertence à Gerência de Altamira. Então, que fossem devolvidos para lá, para facilitar os trabalhos. E realmente foram autuadas as 13. Eu tenho aqui os dados mais precisos para o senhor.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Mas, tendo mais de 100 empresas, que número foram visitadas? Ou se foram apenas 13 empresas que foram investigadas e autuadas.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu só fiscalizei Anapu.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Quantas empresas o senhor visitou?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Salvo engano foram 29;...

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Vinte e nove. Dessas 29, 13 foram...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - ... treze autuadas; duas clandestinas — está tudo aqui esclarecido —; e 14 fechadas, estavam lá como fechadas. Se não me engano, foi essa a quantidade.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - E as outras empresas, das 100 ou mais de 100, não foram investigadas por quê?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Porque tinha esse trabalho para ser feito. Eu fui fazer em Anapu...

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Ah, sim.



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - ... e talvez, se tivesse tempo, eu ia fazer numa cidadezinha que fica logo após o Rio Xingu. Não me recordo agora do nome. Mas, como não dava mais tempo para eu ir, eu não fui, eu fui embora, e só fiz Anapu.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - A CPI tem cópia dos autos de infração lavrados nessa operação. Em todos eles houve recusa dos responsáveis em assinar os autos de infração e os termos de apreensão. É comum isso acontecer?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eles sempre fazem sua defesa e negam muitas coisas.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Não assinam o documento?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Alguns assinam. Eles não quiseram assinar. Por isso, no verso de cada auto, nós temos um carimbo; coloquei o carimbo, com duas testemunhas; e eles receberam, como eles se negaram a assinar;, e receberam os autos.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Então, isso é comum acontecer?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Muitos deles fazem isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Esse procedimento.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não aceitam.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Há precedentes de operações na região, em que todos os autuados se recusaram a assinar os autos e os termos de apreensão? — que todos.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não sei. Não posso garantir ao senhor.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - No seu caso...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Nesse caso, não quiseram assinar. Só teve uma senhora, eu acho, só uma que assinou. Eu não me recordo. Só foi uma, eu acho, que assinou. E acho que ficava mais perto do rio, de volta para Altamira.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Certo.

Que providências foram tomadas pelo IBAMA diante da recusa de assinatura dos autos de infração e termos de apreensão?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Bom, aí já não faz parte da nossa função. Aí já vai ser o jurídico que vai julgar.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - No seu caso, o senhor pediu para que testemunhas...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - ... assinassem.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Ah, O.K.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Como ele estava recebendo, ele não quis assinar.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Certo.

Os lotes de madeira apreendida, os lotes de madeira apreendida... Os lotes apreendidos foram devidamente identificados e lacrados?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Pela quantidade de madeira, fica difícil. É muita madeira.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Que quantidade mais ou menos o senhor poderia dizer que tivesse nessa operação de 49 empresas investigadas?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Ah, foram muitas. Uma quantidade...

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Muita madeira.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - ... muito grande. Não lembro agora. Mas foi muito alta, muito alta a quantidade de madeira.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - E qual foi a forma de identificação utilizada pela equipe de fiscalização, para identificar a madeira?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Nós sempre solicitamos um funcionário da empresa para que nos forneça qual... que madeira é aquela. Para acompanhar o nosso trabalho e identificar as madeiras.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Eu recebo uma informação aqui de que, das 13 empresas, e tem aqui o nome de todas elas, 37 mil 800... 37 mil 876 metros cúbicos de madeira, num total de multa de 7... — isso aqui é mil? Mil, mil. E um total de multa de 7 milhões e 600 mil reais.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu tenho aqui.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Corresponde?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu trouxe o relatório aqui.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - O.K., obrigado.



O que foi feito para assegurar o controle da madeira apreendida, em termos de volumetria e do estado de conservação da mesma, do produto florestal?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Veja bem, nós quando fazemos o trabalho, nossa função é identificar se tem madeira irregular. Se tem, nós apreendemos e, depois disso, aí nós fazemos um documento que é a relação de bens apreendidos. Encaminhamos para a gerência para tomar providência e identificar a madeira, logo após isso.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - É uma coisa para consumo meu aqui. A madeira irregular seria qual? Qual seria a madeira irregular?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Sem cobertura da ATPF.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Sem a cobertura da... Obrigado.

Assim que lavrados os autos de infração nessa operação, houve contato com a direção do IBAMA em relação aos resultados da operação?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Entreguei um relatório para o gerente executivo de lá de Altamira e o gerente de Belém. Mandei...

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Essa operação durou quanto tempo, quantos dias?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Em torno de 20 dias a 23 dias, por aí, no máximo.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Quais foram os primeiros contatos feitos pela equipe após o encerramento da operação? Com a chefia de Altamira, de Belém ou de Brasília?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - De Altamira.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - De Altamira.

O que foi repassado à chefia sobre os resultados da operação antes da produção do devido relatório?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu fiz o relatório e entreguei a ele.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - O contato foi feito através do relatório?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Na hora que eu entreguei o relatório, eu conversei com ele como estava a situação do Município, a quantidade que tinha de empresas fechadas e as autuadas, e entreguei a ele o documento em mãos.



O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Sr. Presidente, o Sr. Davson respondeu as 13 perguntas que foram elaboradas pelo Relator da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Pastor Reinaldo, gostaria de fazer as suas próprias perguntas ou antes... ao Deputado Casara. Voltamos depois para...

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Eu poderia fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - ... até por uma questão de compromisso.

O senhor e a sua equipe encontraram algum tipo de resistência pelos proprietários e por algum tipo de ação, de mobilização, digamos, de sindicato ou de grupos da área envolvidos com a questão?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - O trabalho foi tranqüilo.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Tranqüilo, sem problema algum. Até porque nós estávamos também com a Polícia Rodoviária Federal e o Exército, conosco.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Aí fica mais fácil. (*Risos.*)

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Mais fácil.

O SR. DEPUTADO PASTOR REINALDO - Obrigado, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Casara, por favor.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar o depoente, e agradecê-lo pela participação desta Comissão, e fazer umas 3 perguntas, Sr. Presidente.

A primeira é se o senhor conhecia, na íntegra, na íntegra, o programa oPTante da Safra Legal?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor. Eu fiquei sabendo lá, quando cheguei.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Se o senhor sabia se era para dar uma solução a pequenos produtores, ou se era um programa, um projeto a se destinar, a fornecer matéria-prima às indústrias?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor. Quando eu cheguei lá, eu fui somente fazer o levantamento dos pátios de inspeção.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado.

Sr. Presidente, a primeira pergunta é: quando da inspeção industrial, pelo que eu entendi, o senhor afirma que encontrou madeira no pátio das indústrias, onde o documento que autorizava o transporte seria o adesivo de oPTante do Programa Safra Legal. É isso?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, eu falei que o que dava cobertura à madeira chama-se ATPF.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sim, eu entendi. Mas eu percebo aqui, pelas suas informações, nós temos os termos de apreensões, que apreenderam 37.000 metros cúbicos. Não ficou claro se foram essas apreensões por falta de documento de transporte.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Exatamente. Foi o que falei...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Então, o senhor nos afirma que essas madeiras, que se encontrava no pátio das indústrias, não tinham base legal para transporte de madeira, ou seja, não tinham ATPF, que respaldavam a sua chegada até os pátios das indústrias?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Exato, porque de acordo com o art. 46, no seu parágrafo único, ela diz que a ATPF tem que acompanhar até o seu destino final.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Correto. Eu lhe consulto se, porventura, em alguma dessas indústrias inspecionadas, se alguma argumentou que aquela madeira que ali estava sendo fruto de uma apreensão teria chegado ali respaldado pelo adesivo oPTante da Safra Legal?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Alguns falaram isso, que realmente... Mas a madeira chegou aqui... Disseram que não tinha problema algum, agora...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Autorizado pelo adesivo oPTante da Safra Legal?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - O que disseram foi isso, que não tinham... Comunicaram que não ia ter problema algum com a fiscalização. Eu digo:



“Olha, eu vim aqui fazer o meu trabalho. O senhor tem a ATPF?” Ele disse: “Não”.
“Então, eu tenho que fazer o meu trabalho.”

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Correto. O senhor estava corretamente fazendo o seu trabalho, mas algumas argumentações, de alguns empresários, de que a madeira estava ali seguindo uma orientação do oPTante do Safra Legal.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Era... Podia trabalhar de qualquer maneira e estava em perfeita... estava em condições de (*ininteligível*.) trabalho. Eu...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado ao senhor. Então, com isso, as infrações foram lavradas, num volume de 37.800 metros cúbicos, em função da falta da Autorização de Transporte de Material Florestal...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Da ATPF.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - De Produtos Florestais. Agora, eu lhe pergunto uma outra... Faço uma outra pergunta: a relação das autorizações de desmates que, porventura, tenham dado origem a essa madeira constante, que V.Sa. tenha identificado nos pátios dessas indústrias, o senhor tem noção do número delas e quais os Municípios?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor, não foi apresentado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Não foi apresentado.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, só foi... o problema do (*ininteligível*) madeira estava sem cobertura.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Perfeito. Porventura, das empresas que o senhor relaciona, quando da sua competente inspeção industrial, principalmente as madeiras Di Trento, onde foi detectado 10.000, quase 11.000 metros cúbicos, mais precisamente 10.983.7 metros cúbicos; a madeira Madel, com 2.800 metros cúbicos; a madeira Lunardi & Lunardi, com 2.632 metros cúbicos; o empresário Antônio Lúcio, com o volume de 8.239.7 metros cúbicos; e a Sra. Maria (*ininteligível*), com o volume de 2.600 metros cúbicos. O senhor poderia nos informar se teve conhecimento do número de autorizações de desmates que respaldaram esse volume nesses pátios?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor, porque estavam todos irregulares, eu tive que autuar.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado. Eu agradeço suas perguntas. Sr. Presidente, eu solicitaria a V.Exa. que nós solicitássemos da gerência do IBAMA ou da diretoria de fiscalização do IBAMA em Brasília o número das autorizações de desmates que respaldaram as madeiras constante dos pátios dessas empresas inspecionadas, citado aqui pelo Sr. Davson. Da mesma forma, relacionar as empresas Di Trento - Desdobramento, Comércio, Indústria e Exportação de Madeira, Ltda.; as empresas Madel - Indústria e Comércio de Madeira, Ltda.; a empresa Madecin - Indústria e Comércio de Madeira e Exportação, Ltda.; Indústria Lunardi & Lunardi, Ltda.; Antônio Lúcio de Matos — ME; Agroindustrial HP Ltda., e Maria (*ininteligível*), para que sejam relacionados pela diretoria de fiscalização do IBAMA a fornecer as autorizações de desmates ou o plano de manejo que deram origem às madeiras encontradas no pátio, identificadas por ocasião da inspeção industrial realizada, citada aqui pelo Sr. Davson.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Agradecemos ao Deputado Casara. Aguardamos o envio dos seus requerimentos para pedirmos diretamente às empresas que elas comprovem.

Como acaba de dizer o depoente, o IBAMA não tem esses dados, ao que tudo indica.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente, o depoente entendo que ele foi muito correto no seu depoimento. Pelo que entendi, ele foi designado da sua gerência de Pernambuco a compor uma equipe de fiscalização naquela localidade. Mas têm por obrigação a gerência local lá do Pará, a que estavam vinculados esses Municípios, ou a diretoria de fiscalização do IBAMA a terem obrigatoriamente a relação dessas autorizações, sob pena de não poderem fornecer nem as ATPFs nem tampouco dar essas autorizações. Então, necessariamente, como rotina de controle, tanto a gerência do Pará, como a diretoria de fiscalização terão de ter essa relação. Fica desobrigado, evidentemente, o agente, como foi o caso do Sr. Davson, pelo que entendi, de conhecer esse histórico.

Então, de tal maneira que faço a V.Exa. essa solicitação, para que possamos examinar melhor os documentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Solicito ao Deputado Casara, por gentileza, com sua assessoria ou com a ajuda da nossa, providenciar esses requerimentos para darmos prioridade e já os votarmos na próxima reunião, de tal forma a diligenciarmos o mais rapidamente para conseguir essas informações oportunamente solicitadas por V.Exa.

Temos aqui as últimas perguntas que iria solicitar nessa oitava. Sr. Davson, por que não houve a nomeação de fiel depositário para a madeira apreendida na Operação Pica-Pau I?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Na oportunidade, pelo volume de madeira que tem, nós sempre colocamos, quando é uma grande quantidade, nós colocamos na própria madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, a própria madeireira como fiel depositário.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - E nós ficamos lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E não foi feito isso?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Porque eles se negaram a assinar e eu não tinha como fazer isso aí. Eu solicitei: "O senhor pode assinar como depositário?" Ele disse: "*Não, nós não vamos assinar nada.*" Eu coloquei nos dois espaços que ele recusou a assinar, nos autos de infração, e encaminhei à Gerência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor comunicou a direção do IBAMA de que não havia fiel depositário?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Entreguei tudo à gerência de Altamira, dizendo: "Olha..." Mostrei tudo a ele como foi feito o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Nós vamos depois pedir de novo a ajuda do Deputado Casara para explicar o que ocorre nessa situação. Qual é a saída de um fiscal quando há esse tipo de recusa?

A segunda pergunta é a seguinte: a equipe de fiscalização formalizou a devida comunicação de crime à Procuradoria-Geral em relação às infrações ambientais detectadas na região de Anapu?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu entreguei ao gerente de Altamira as irregularidades. Se o senhor não tiver aí, Deputado, eu tenho um ofício aqui comunicando...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor poderia encaminhar cópia posteriormente, dentro de uma semana?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não há problema. O senhor nos encaminha em uma semana a cópia desse ofício. E o senhor sabe se a gerência de Altamira comunicou à Procuradoria-Geral?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não sei informar ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Onde se encontra hoje a madeira apreendida na Operação Pica-Pau I? O senhor tem idéia?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Deveria estar na madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A CPI recebeu informações de que a madeira desapareceu, foi toda serrada e vendida ou transportada para outro local. Há como obter comprovação do local onde pode ser ainda encontrada essa madeira, ou não há nenhuma sistemática que o senhor conheça?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Através dos autos têm as coordenadas geográficas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - As coordenadas geográficas...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Exatamente, do local onde estava a madeira apreendida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, mas isso nós temos. Para onde pode ter ido um programa que veja para onde foram dadas as ATPFs... há, digamos assim, algum programa de computador, há disponível uma metodologia, um sistema para que o próprio IBAMA possa tentar localizar essa madeira ou...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - A madeira apreendida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A madeira apreendida, mas deixada lá. Na verdade, apreendida em termos.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - O IBAMA sabe onde está?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dá para tentar saber ou não dá? O senhor vai lá, aplica a multa e pronto?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Deveria estar lá na madeira. Se não está, nosso papel nós fizemos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não, Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Gostaria só de, com a sua permissão, consultar o Sr. Davson sobre quem foi o coordenador dessa operação nesse período.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu estava coordenando o pessoal.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quem fez a comunicação à gerência local...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - ... de Altamira.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - ... e ao Departamento?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Entreguei cópia dos autos para Altamira, a relação das empresas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O senhor comunicou ao Departamento também?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - ... E mandei para a gerência de Belém.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - De Belém? O senhor, como coordenador de operação, comunicou ao departamento o resultado da operação?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não lembro se eu fiz um ofício à gerência, mas eu mandei para Belém.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O senhor recorda se fez isso oficialmente à gerência de Belém?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Fiz e mandei uma cópia também ao Ministério Público de Belém.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O senhor pode fornecer uma cópia desses documentos à CPI?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu posso providenciar quando chegar lá e mandar para os senhores.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Com a aquiescência do Presidente, no prazo de uma semana.



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Está ok.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Uma outra questão, Sr. Presidente, a informação que o Presidente levanta de que chegou a esta Comissão que as madeiras não se encontram no pátio. Solicitar também, Sr. Presidente, que seja requerido ao Departamento, à diretoria de fiscalização do IBAMA, o movimento de entrada e saída dessas empresas que foram autuadas do momento da inspeção industrial até este último mês, para que possamos cruzar os dados e identificar o que entrou dessas empresas e o que saiu, para que se identifique se foram ou não cerradas e vendidas as madeiras que foram apreendidas, o que causa aí, evidentemente, infração grave. Mas, com certeza, com essas informações poderemos perfeitamente identificar se essa madeira foi vendida ou se ela se encontra em algum lugar. Aí o proprietário terá que se explicar, porque madeira não voa, Sr. Presidente. Madeira tem que estar lá. Ela pode estar um pouco mais deteriorada ou não, mas ela deverá ter a sua destinação. Então, com certeza, com essas informações nós teremos e saberemos qual o destino que essa madeira tomou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Solicitei ao Secretário Saulo que faça a anotação das suas observações para tomar essas providências.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Só uma pergunta fugindo esta ordem: das empresas que o senhor fiscalizou, alguma delas estava em situação regular ou nenhuma?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Com relação às madeiras no pátio, todas essas foram autuadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Todas? Cem por cento de irregularidade?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Cem por cento. As que estavam funcionando todas elas irregulares, tanto é que foram feitos 13 autos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quando o senhor diz "madeiras fechadas", nessa lista, é que já estavam fechadas antes? Não é que o senhor as fechou? Já estavam fechadas?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, não. E essas duas aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - ... Não existiam, só existiam no papel?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Elas eram virtuais. Perfeito. Nós já vimos de tudo hoje. Já vimos a citogenia atuando também nessa região. O depoente anterior já citou que a empresa dele utiliza dois laranjas. Então, agora nós estamos vendo também duas empresas virtuais aqui hoje.

Situação de empresas em Anapu. Informamos que nos trabalhos realizados foram encontradas duas empresas. Seria oportuno informar que para os trabalhos dos Municípios fomos consultar os dados das empresas dos escritórios de Altamira e, devido à quantidade de trabalho, bem como a pouca quantidade de servidores, sugeriram sejam encaminhados ao setor 2 servidores. Informamos que algumas madeiras que fazem parte da jurisdição têm suas pastas em outras gerências, como Marabá, Belém e escritório de Tucuruí, dificultando assim obtermos os dados. Seria pertinente que fossem muito bem definidas as jurisdições de todos os Municípios, e que essas jurisdições fossem divulgada a todas as gerências e escritórios para que as pastas fossem realocadas e as novas empresas que abrirem pudessem ser controladas e fiscalizadas de acordo com a jurisdição aprovada.

Dando seqüência às perguntas, após a aprovação da madeira, houve uma vistoria técnica para confirmar as apreensões e foi feito o lançamento no SISPROF, ou não houve nenhuma vistoria técnica?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu não sei porque, quando terminamos o nosso trabalho, eu tive que retornar, e não sei se a gerência ela fez ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A equipe que o senhor coordenou da Operação Pica-Pau I foi dividida para fazer as investigações e apreensões em locais diferentes ao mesmo tempo ou é uma equipe toda junta?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Quando a madeira é assim de um porte menor, se tem pouca madeira, nós dividimos; senão a gente faz tudo junto, que o trabalho fica mais rápido e mais eficiente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Que tipo de transporte o senhor utilizou na equipe?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Veículos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Veículos leves?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Utilitários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Os fiscais responsáveis pela autuação tinham certificado de — olhem o nome aqui — ... Curso de Reconhecimento de Anatomia de Madeira?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Olha, pelo que eu sei, o nosso grupo não tem. Por isso, nós solicitamos dois trabalhadores da empresa para identificar madeiras para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Trabalhadores da?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Das empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Das próprias empresas?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Para identificar madeira e ver o nosso trabalho como é feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quem fez o trabalho de identificação e cubagem das madeiras foram funcionários das próprias empresas fiscalizadas?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não; não, a identificação da madeira são os 2 empregados e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Empregados de quem?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Da madeireira — a gente sempre convida dois para identificar para a gente, e a cubagem são os fiscais que fazem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Aqui os termos de apreensão em *(inaudível)* depósito dizem que o senhor esteve como testemunha às 10h12min no Km 143, autuou às 11h32min no Km 141, atuou como testemunha às 12h45min em Anapu, foi testemunha às 12h40min no Km 139,



autuou às 13h55min — portanto 15 minutos depois —, também no Km 139, e às 17h10min no Km 145, todos no mesmo dia, 1º de abril deste ano.

Ao mesmo tempo, o fiscal Juscelino de Oliveira foi testemunha às 9h25min no Km 350, testemunha às 11h38min no Km 131 — bem distante —, testemunha às 12h45min na cidade de Anapu, autuou às 13h25min no Km 142, autuou às 13h38min no Km 141, autuou às 13h40min no Km 139 e foi testemunha às 17h10min no Km 65, todos no mesmo dia.

A pergunta é a seguinte: como realizaram todo esse trabalho em cada serraria com diferença de poucos minutos, principalmente no caso das autuações do fiscal Juscelino? Como conseguiram percorrer 209 quilômetros na Transamazônica em pouco mais de duas horas?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Quando nós fazemos um levantamento, fazemos o levantamento da madeira e fazemos todos os levantamentos assim percorridos. Então, uma equipe faz um levantamento, uma outra equipe faz outro levantamento; ou seja, um grupo vai para uma madeira, terminou, o outro grupo... Fazemos um auto... Esses autos foram feitos após o levantamento em todas as madeiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ah, não foi feito na hora?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Foi feito depois?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Foi feito após. Como tem a quilometragem da madeira, a gente faz os autos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Depois.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, mas não tem que pedir que a pessoa assine o auto? Os senhores voltaram depois lá para que eles assinassem?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Voltamos, aí foi feito lá, com todas as madeiras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - São 2 trabalhos, ir duas vezes até o local?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - São 2 trabalhos, é, por quê? Se fizermos o levantamento em um dia e forem feitos os autos, fora os autos de infrações, tem uma gama de documentos de inspeção, auto-inspeção, levantamento para produtos florestais. Todos os servidores que fizeram aquele levantamento, quem fez o levantamento daquela madeireira tem que assinar, são vários documentos. Então, faz levantamento em todas as madeireiras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tá. Os senhores ficaram lá do dia 27 até o dia 2?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Até o dia 2, fazendo os autos. A gente fazia os autos, madeireira tal, ia com o auto, preenchia na frente do madeireiro, todo o mundo assinava. A gente só assina na frente do madeireiro, todo o mundo assina na frente dele, para ele ver que foi feita a lavratura do auto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mas veja só: foi feita uma autuação no dia 28. Depois, não foi feita nenhuma no dia 29, 30 nem no dia 31, e todas elas depois, no dia 1º.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Porque é dia que a gente lava todos os autos, que o trabalho é muito demorado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Como é que pode uma empresa onde foram apreendidos 8 mil metros cúbicos de madeira ser classificada como microempresa, como é o caso da serraria Antônio Lúcio de Matos?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - De acordo com o documento que entrega o IBAMA. O cadastro dela é feito, o (*ininteligível*) federal pede todo o CNPJ dela. Se no CNPJ consta microempresa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O IBAMA não fica perquirindo essa classificação?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Tem que ser. Eu acredito que deve ser feita uma análise em cima disso, o pessoal do controle, do registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Das empresas autuadas, quantas eram reincidentes?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Isso eu não posso lhe afirmar, só o sistema que pode informar quem é reincidente ou não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E havia alguma madeira legal ou toda ela era ilegal?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Naquele ato estavam ilegais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Toda a madeira era ilegal e 100% das empresas fiscalizadas foram autuadas?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Autuadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E os senhores procuraram saber a origem dessa madeira ilegal?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Perguntamos a ele e ele disse que foi aquilo que o Dr. Casara me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Ah, sei. Houve uma Operação Pica-Pau II?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu não sei, eu só fiz essa...Eu nem sabia que era Pica-Pau, eu fui participar dessa missão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tá. O senhor coordenou algum trabalho em Novo Progresso, em 2004, 2005? Uma outra missão?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, eu estive lá em 2003, salvo engano, em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor lembra quanto tempo durou?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Excelência, acho que durou uns 30 dias ou um pouco mais, porque de lá vim fazer um curso em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Bom, a informação que nós temos é que o senhor ficou estabelecido, trabalhando durante o dia, no Sindicato dos Madeireiros de Novo Progresso.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Foi, porque a nossa missão, que mandaram para lá, foi para reunir todos os madeireiros, para ver qual o documento que eles tinham. Então, lá não tem onde se reunir, e o Sindicato nos ofereceu. Estávamos eu e um servidor por nome de Marcos, que é de Belém. Estava também um servidor do Rio de Janeiro, não me recordo do nome dele agora, e mais uns dois, eu acho. Nós fizemos reuniões com ele, fomos fazer as vistorias nas madeiras, porque Novo Progresso tem um problema meio diferente dos demais,



porque em Novo Progresso as terras não têm proprietários, eles compram de alguns locais, eles ficam preocupados, pedem, falam com respeito a plano de manejo, mas muitos deles não têm um plano de manejo, porque não têm o título da terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Bom, o senhor foi mais uma das pessoas que confirmou que viu os adesivos Empresa oPTante.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Sim, senhor. Vi nos caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - É, muitos já viram o que o senhor viu nos caminhões. O senhor, no entanto, afirmou que esses caminhões, no momento em que o senhor os viu com os adesivos, eles não estavam carregados.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não estavam transportando madeira, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em que madeiras o senhor viu parados esses caminhões.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Olha, eu vi na área e em (*ininteligível*), não me recordo se eu vi em madeira, eu vi na área dentro da cidade, parado na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Dentro da cidade, parados?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Alguns fazendo serviço nas oficinas, mas não me recordo. Não posso afirmar ao senhor. Não me recordo se vi em alguma madeira, mas eu vi na rua.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor viu na rua?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Foi, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tá. A Operação Curupira, realizada pela Polícia Federal, revelou que havia um esquema de desmatamento ilegal associado a um sistema de arrecadação de fundos para campanha. Segundo o Ministério Público, havia a venda desses adesivos por 2 mil reais para... Desculpe, havia a troca desses adesivos por fundos para a campanha eleitoral. O que o senhor pode comentar a respeito?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Curupira? Curupira foi no Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Operação Curupira, isso. Lá em Curupira isso foi revelado.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Lá no Mato Grosso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Isso. Havia um esquema de desmatamento ilegal com a arrecadação de fundos para a legenda. Agora, nós vimos essa questão dos adesivos. O que o senhor pode informar sobre a venda desses adesivos?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Olha, no Mato Grosso, e, por sinal, estou trabalhando lá ainda, eu só estou lá na área dos helicópteros sobrevoarem o desmate de acordo com as fotos de satélite. Da Curupira, foi o outro grupo que fez a Operação Curupira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, não, não é isso. Lá onde o senhor viu. Desculpe, fui eu que me atrapalhei na pergunta. Na região onde o senhor esteve, Anapu, não é?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Anapu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor tem conhecimento de que esses adesivos eram vendidos?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Eu não posso informar ao senhor. Eu só vi os caminhões lá, e o pessoal falava que, como falei, os madeireiros disseram, mas disseram que essas madeiras, ficando aqui, podia trabalhar com elas, porque elas estavam legais. Mostrei que não estavam legais e fiz minha parte, que foi autuá-los. Se era vendido ou se não era, não posso afirmar ao senhor. Eu não vi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Tá. As duas empresas que o senhor declarou aqui que não existiam, que eram virtuais, têm um histórico de compra e venda de madeira?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - No local não tem nada, só tinha o nome delas duas, não vi máquina, não vi nada lá. Procurei um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não, não é isso. Se o senhor foi procurá-las é porque o senhor recebeu a indicação lá da diretoria para procurá-las. Só que o senhor chegou lá, elas não existiam.



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, porque tem uma relação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Essa relação...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Uma relação do IBAMA, em Altamira, com o nome de todas as empresas, e essas duas não encontrei. Fui ao computador, o computador mostrou o CNPJ delas, mas disse que não tinha nada de físico lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, e no IBAMA, essas empresas têm um histórico?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Tem o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Viram algum projeto de desenvolvimento sustentado, algumas autorização para transporte de madeira? O senhor se interessou em saber o que essas duas empresas, que não existem, tem de autorização do IBAMA ou não?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor. Nós pegamos a relação, e na relação só consta o nome dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não viu nada.

Continuando, o senhor teve informações de que lá na região de Anapu havia venda de ATPFs em branco?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor. Não soube, tanto é que fui às empresas pedir as ATPFs. Quando tem, a gente faz um levantamento, damos olhada nos encaminhamentos que elas devolvem ao IBAMA a 2ª via. A 1ª via elas devolvem. Quem recebe a madeira entrega a 1ª via, o detentor recebe a 2ª, mas não tinha ATPF lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor, nas madeiras não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Não tinha ATPF nenhuma.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Por isso, nós multamos toda a madeira.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O que tem certa logicidade, eles usavam os adesivos.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Porque eles disseram lá que recebiam essa madeira. Eu não vi caminhão carregado de madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor informou que esse adesivo — está aí na gravação — era utilizado como um salvo-conduto. Quem é que o informou disso? Qual madeireira ou quem a pessoa, o técnico, quem o informou de que esse adesivo poderia estar sendo usado como um salvo-conduto?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Olha, o que eu falei foi que essas madeiras... Os madeireiros disseram que quando eles recebiam aquela madeira, aquela madeira estava acobertada, e não ia ter fiscalização. E eu comprovei que estava todas irregulares e autuei todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - E quais as madeiras que afirmaram ao senhor que não ia ter fiscalização? Esse detalhe é importantíssimo para nós aqui. É a mais relevante das suas contribuições.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Para eu me lembrar agora qual foi a que disse, eu não me lembro não. Se eu me lembrasse, eu falaria, mas não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O nome?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Sei que tem. Agora, o nome, para me lembrar... Foram treze. Para me lembrar do nome delas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Um artifício usado por essas empresas irregulares é criar empresas de recomposição florestal, porque, quando ela esgota a sua quota de derrubadas, para conseguir uma autorização nova do IBAMA, para poder cortar mais madeira, ela precisa contratar uma empresa de reflorestamento que amplie o plantio de árvores na área predeterminada. Madeireiros fingiam que contratavam reflorestamento e as empresas fingiam que plantavam.

O senhor tem conhecimento dessas denúncias, em algumas das regiões onde o senhor tem trabalhado?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Isso fica a critério da gerência que tem... Seu pessoal do departamento técnico é que faz toda essa avaliação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na sua avaliação, a que se deve esse exagerado, esse explosivo aumento da devastação das reservas florestais em 2003 e 2004?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Acredito, pelo meu pouco entendimento de fiscalização, que se houvesse um trabalho sobre plano de manejo mais eficaz, acredito que a mata amazônica não seria tão devastada. Sem contar que alguns irresponsáveis tocam fogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O senhor tem conhecimento de que houve um aparelhamento do Estado com substituição de técnicos? O senhor é um técnico de carreira do IBAMA?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Sou analista ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Há quantos anos o senhor está no IBAMA?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Há 29.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Vinte e nove anos! O senhor é um técnico de carreira. Que houve substituição de cargos importantes, cargos de decisão na fiscalização do IBAMA, por pessoas que estariam menos qualificadas, e que isso teria induzido a uma fiscalização menos eficiente? O senhor tem conhecimento de algum desses fatos?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Tenho não senhor. Fico na minha gerência em Recife e saio para essas missões no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na sua gerência, isso não ocorreu?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Muito bem. Zé Geraldo, por favor, alguma pergunta ao depoente?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez a pergunta que eu farei possa até ter sido respondida, pois eu tive que me ausentar, durante um grande período de tempo, desta CPI.

Mas eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Davson, não é isso?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - O senhor era o coordenador da operação, lá no Anapu?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Anapu. Coordenador da operação.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - E essas madeiras todas que foram apreendidas, em diversas serrarias, elas foram só apreendidas, teve um laudo de apreensão, e aí não aconteceu mais nada?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Para todo auto de infração, onde tem algum material apreendido, existe um termo, o TAD — Termo de Apreensão e Depósito. E foram todas apreendidas.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Elas foram apreendidas nas próprias serrarias?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Próprias serrarias.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Só nas serrarias.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Nas serrarias.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Vocês não foram fazer busca na floresta?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, porque de veículo é difícil encontrar.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Está certo. Nas gestões passadas, eu sempre ouvi falar que o IBAMA, quando fazia apreensão, ele costumava deixar os próprios madeireiros como fiel depositário da madeira. Inclusive, eu era Deputado Estadual e criticava muito essa posição do IBAMA, porque acho que, na minha avaliação, não é nem o mais correto. Neste caso, parece-me que não houve nem fiel depositário.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Porque eles se negaram a assinar, e eu não podia fazer nada. Mas coloquei como testemunho, no verso de cada auto, que ele negou-se a assinar tanto como autuante, como depositário.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Ou seja, terminada a apreensão, vocês fizeram um laudo, um documento, onde constava “x” metros cúbicos de madeira, variedade por variedade. Foi assim?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Foi.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Tantos metros de ipê, de jatobá, de cedro, etc, etc. E, aí, o dono da empresa assinava esse termo?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Ele negou-se a assinar.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - E quais são os termos desse contrato?



O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Qual contrato?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Ele zelaria pela madeira, ele era obrigado a apresentar essa madeira a qualquer momento?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Todo fiel depositário tem de tomar conta.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas ele não é fiel depositário.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Mas ele negou-se a assinar.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Hein?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Nós temos o artigo, referido, se não me engano, à Instrução Normativa acho que nº 8, que está no meu carimbo, que nós colocamos no verso do auto de infração, quando ele se nega a preencher essas coisas. Com testemunhos. Pela quantidade, volume de madeira, tínhamos de deixá-los como depositários. Ele negou, mas tinha um carimbo no verso, comunicando que ele negou-se a assinar o auto de infração.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Mas se tratando de uma cidade tão pequena, como Anapu, cujas serrarias ficam todas perto, num raio de 2, 3, 4 quilômetros, não tinha como o IBAMA, se ele fez uma fiscalização para apreender, e considerando a quantidade da madeira apreendida, o valor dessa madeira, o IBAMA não poderia ter designado um fiscal para vigiar essa madeira presa?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - O senhor ter uma idéia da quantidade de mil metros cúbicos de madeira, dar um exemplo disso?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não, eu tenho idéia do que é Anapu. Eu conheço Anapu. Se...

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - É por isso que eu estou perguntando se o senhor tem idéia.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - É muita madeira.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Muita madeira. Imagine um fiscal só tomando conta disso tudo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não. Não é tomar conta. Tanto faz ser mil metros, como 10 mil metros. Está tudo amontoado num lugar. Se tiver um carro pegando madeira e tirando para outro lugar, ou serrando a madeira, é fácil identificar.



O que quero dizer é o seguinte: eu acho que foi uma operação, na minha avaliação, malfeita do IBAMA — irresponsável, na minha avaliação —, porque o IBAMA chega, faz uma apreensão de não sei quantos mil metros cúbicos de madeira que vale uma fortuna, e deixa lá sem nenhum acompanhamento disso. Quer dizer, é uma operação pela metade. E eu quero aqui fazer a minha crítica. Eu estou aqui para isso. Eu criticava, no passado, quando as próprias pessoas que cometiam o crime ambiental viravam fiel depositário da madeira e sumiam com essa madeira. Isso é histórico no Pará — serrava, vendia. E, agora, nem fiel depositário essas empresas não viraram, porque, se é fiel depositário é porque tem um contrato.

Então, eu estou aqui levantando. Eu sei que tem as dificuldades: transportar essa madeira do Anapu, para que o exército virasse fiel depositário ou vigiasse lá em Altamira, sei que é difícil juntar toda essa madeira da serraria num monte só, é difícil; legalizar para industrializar essa madeira, exige uma burocracia e um tempo. Eu sei de tudo isso.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Porque ela está apreendida para legalizar...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu sei de tudo isso, mas eu penso que fazer uma apreensão dessas e deixar a coisa... E eu estou dizendo isso, porque eu passei em Porto de Moz, lá na beira do Rio Xingu, madeira que tiraram da Verde para sempre, aconteceu a mesma coisa: apreenderam. Não tem mais madeira lá, foi tudo embora. Então, é uma situação assim complexa para o IBAMA. Fico imaginando que essa estrutura... Estou dizendo isso aqui porque eu acho que a nossa CPI precisa também formular proposições para os órgãos no sentido de começar a ter um trabalho de prevenção, porque, depois que desvia, depois que tirou, vira uma briga judicial, e quem acaba perdendo é a floresta, é a União. Aquela madeira poderia servir até para fazer casas populares, escolas, etc, etc. Mas nem para isso, acaba não servindo.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Veja bem, como nós fazemos apreensões, depois de estar apreendido, passa a ... quem vai tomar conta, quem vai designar é o Judiciário. O IBAMA faz a parte, cumpre a lei. O Judiciário é quem pode designar.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Ou seja, daqui para a frente, se o IBAMA diz :*“Olha, foram apreendidos mil metros de madeira”*, e daqui a um ano, se fizer



outra fiscalização, e esses mil metros de madeira não estiverem lá, aí o IBAMA vai fazer uma denúncia do empresário à Justiça?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Zé Geraldo, antes de passar a palavra ao Deputado Hamilton Casara, eu queria complementar as suas lúcidas observações.

Essa operação fiscalizou trinta e poucas empresas. Todas apresentaram irregularidades, nenhuma deixou de ser autuada. As que não foram autuadas é porque já tinham sido fechadas antes, e duas porque não existiam — eram virtuais. Todas as outras, todas, 100%, apresentavam irregularidades. E da madeira constatada em todas essas que foram autuadas, 100% da madeira era irregular, não havia nada. O total de madeira detectada foi de 37.800, quase 38 mil metros cúbicos de madeiras nobres. Qual o valor de um metro cúbico de madeira nessa região?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Isso é em tora, nesse caso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Carlos Mendes Thame) - Em tora, deve ser.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não tenho essa base, mas, posto no tombador, posto na serraria, talvez uns 200 reais o metro. Eu sei madeira serrada. Eu sei que é um dinheiro, é um valor razoável.

Mas, Sr. Presidente, com relação à legalidade ou a ilegalidade, isso aí para mim não é surpresa. A região oeste do Pará é uma região em que a extração madeireira era feita na ilegalidade. Por isso que o Governo teve que tomar medidas duras e que está causando inclusive hoje prejuízo à região. São mais de 5 mil desempregados. Ontem, por exemplo, tivemos aqui, em Brasília, uma reunião com Prefeitos daquela região, reunião que chegou a durar 12 horas, e está se buscando alternativas para legalizar a madeira, como o Plano Safra foi uma proposta de legalização e que acabou também tendo muitas situações irregulares, assim agora como os planos de manejo, que foram cancelados, que podem ser reativados pelo menos para este ano, um Termo de Ajuste de Conduta, o Ministério Público Federal assinando. Mas o que vai regularizar a extração florestal é a regularização fundiária e o projeto de gestão florestal que já está no Senado. A partir daí, sim, as empresas que quiserem trabalhar legalmente, existem marcos legais para ser trabalhados. Até então, principalmente na Cuiabá-Santarém, não tem marco legal, porque as



propriedades não têm documento nenhum. Em 30 anos, a União não documentou nem pequeno nem média nem grande propriedade. Os planos de manejo que eram feitos eram na base da... O próprio IBAMA, no passado, todo o mundo sabe como é que funcionava, tanto é que o cidadão lá gasta 80, 100 mil reais para fazer o plano de manejo. Agora, não. Houve, então, uma iniciativa do Governo, e aí o Governo Lula está de parabéns, o Ministério do Meio Ambiente está de parabéns, nós estamos de parabéns, porque discutimos e votamos na Câmara um projeto de gestão florestal, aprovado por unanimidade por todos os partidos. Falta o Senado agora acelerar, para que nós possamos colocar o setor na legalidade. Então, tem sido muito assim sofrível, tanto para o setor empresarial como para o próprio Governo, como o povo daquela região, ter que trabalhar nessa situação. A gente percebe que a maioria das pessoas que estão lá não querem trabalhar na ilegalidade, ninguém quer ter o IBAMA multando. Tem exageros, inclusive. Recentemente, um cidadão pegou uma ponte para fazer na Transamazônica, entre Rurópolis e Itaituba, ponte de madeira. As pontes ainda são todas de madeira, estão caindo, estão sendo reformadas; aí um cidadão com um carrinho velho, com uns 30 anos de uso, caindo os pedaços, estava com duas toras de madeira em cima do carro. Jogou uma no chão, serrando de motosserra para fazer a ponte. Aí o IBAMA chegou, multou, prendeu o carro e levou embora. E a madeira era para fazer a ponte, quer dizer, duas toras de madeira para fazer a ponte. Então, nessa coisa toda, é muito difícil até para o IBAMA trabalhar. Por exemplo, agora, na Terra do Meio, passou no Fantástico esses dias, 9 mil hectares de queimada, 20 milhões de árvores, numa derrubada, numa queimada só, lá onde já está sendo decretado reservas. Recentemente, em março, um cidadão começou a derrubar, ou jogou veneno, usando agente laranja naquela região, e o IBAMA está então com uma operação para poder multar.

A outra coisa que eu sempre questione aqui: a multa é de 1 milhão, de 2 milhões, de 3 milhões, mas ninguém paga a multa, o cidadão recorre... Eu conheço uma situação lá em Uruará em que o cidadão entrou numa área indígena, estava derrubando lá uns mil alqueires; o IBAMA foi lá, multou em não sei quantos milhões e ele continuou derrubando. Precisou o Exército prender todo o mundo e trazer para fora e multar ele, por trabalho escravo etc. Então, a situação na região é uma situação complexa. Portanto, esse ordenamento fundiário, gestão florestal...



Criamos a Superintendência do INCRA do oeste do Pará agora; o INCRA já está com 50 equipes do Exército entrando na região para fazer georrefenciamento, para poder legalizar os assentamentos. Trinta anos a região ficou parada. Os Governos passados nunca fizeram nada, era só na base da propina, da propinagem naquela região, era assim que funcionava a coisa no passado.

Ontem, eu falei lá na reunião para o IBAMA: tem que mandar uma força tarefa para o IBAMA de Santarém, precisa estruturar o IBAMA da região. Aquela região representa 50% do território paraense, para se ter uma idéia. Só de Altamira a Castelo do Sonho, que é Distrito dentro do mesmo Município, é 2 horas e meia de vôo de monomotor — 2 horas e meia de avião monomotor dentro do mesmo Município, Altamira – Castelo do Sonho, que é Distrito, que não é nem Município, que está lá na divisa do Mato Grosso; de Castelo do Sonho a Itaituba tem 700 quilômetros de estrada de chão, e de Itaituba até a divisa do Amazonas é mais 400 e para Altamira é mais 500 e para Marabá é mais 500, tudo estrada de chão. Então, onde não tinha nem estrada não tem nem Estado, porque o Estado só vai aonde tem conforto, o Estado só vai onde tem rodovia. Quem é o técnico do IBAMA que vai andar numas estradas daquela? Quem é a Polícia Federal que vai andar? Nem anda. Agora que nós liberamos 40 milhões, pela primeira vez em 30 anos; vai ser liberado 40 milhões: 20 milhões para a Cuiabá-Santarém e 20 milhões para a Transamazônica para fazer a conservação. E, pela primeira vez, levando-se em consideração o calendário ambiental, vamos começar de agosto a janeiro, porque aqui no Congresso se libera dinheiro em dezembro, num projeto de lei, e se aplica debaixo de chuva em janeiro naquela região. Então, essas coisas todas também eu acho que é avanço para aquela região.

Mas eu fiz uma pergunta com relação à madeira, porque eu achei que poderia ter tido um cuidado maior para não deixar que essas madeiras apreendidas pudessem ir saindo, e a gente sabe que, depois que saiu, não se recupera muito fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Obrigado, Deputado.

Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Eu queria, Sr. Presidente, também me somar ao coro do Deputado Zé Geraldo, que, com muita lucidez, coloca



a necessidade de planejamento nas ações de operações do IBAMA. Eu acho que é importante, Sr. Presidente, porque o Deputado Zé Geraldo, Deputado do PT, do Partido dos Trabalhadores, faz realmente essa *mea culpa*. E é muito importante, muito lúcido o Deputado Zé Geraldo — parabéns pela sua posição. Eu também quero acompanhá-lo, e quero ser justo nessa minha colocação, Sr. Davson, porque conheço a estrutura da casa, do IBAMA, sei que normalmente quando um agente é guindado, no Mato Grosso, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul ou no Rio de Janeiro, é guindado para uma missão, que deve, necessariamente, ser devidamente planejada pelo Departamento de Fiscalização, que tem essa responsabilidade, regimentalmente. Então, entendo os seus embaraços aí, tentando responder aquelas perguntas que sequer lhe foram dadas as documentações necessárias para fazer a operação como deveria ser feita.

Eu queria apenas somar às palavras do Deputado Zé Geraldo de que, como está, não tem condições de continuar, não tem como. Estamos tratando de guarda de bens públicos. Essa madeira é proveniente de uma floresta nativa, por conseguinte, é um bem público, e a função pública da floresta nativa é isso. Se ela não tem origem, se ela não tem guia de transporte, é um produto proveniente de furto, é por isso que ela foi apreendida. E se ela foi apreendida, deveria ter evidentemente, não havendo assinatura do fiel depositário que é resguardados por lei, isso se utiliza não apenas em produtos florestais, mas em vários outros tipos de produto se utiliza do artifício, dessa prerrogativa da lei, para se enquadrar como fiel depositário. Agora, não havendo isso, evidentemente que é um bem que está ali sob a responsabilidade do aparelho de Estado. Para tanto, tem que haver um recurso, ou com o suprimento ou com recurso do escritório local ou da gerência, para que se possa contratar guardas para fazer a vigilância dessa madeira. E o Deputado Zé Geraldo levanta uma questão importante, porque eu tenho conhecimento de que estão sendo processados dentro do IBAMA pessoas que agiram dessa maneira para resguardar esses patrimônios, que é um patrimônio público, com contestação porque se gastou dinheiro para resguardar patrimônio público. As afirmações do Deputado Zé Geraldo, ele traz à baila essa questão, é grave. Eu entendo, Sr. Presidente, que o Departamento de Fiscalização do IBAMA tenha que vir sentar à mesa da CPI para esclarecer essas questões, o cerne dessa questão está aí. Eu vejo que é importante evidentemente esse depoimento, mas é importante



entendermos que o Departamento de Fiscalização do IBAMA como o Departamento de Florestas necessariamente terão que se explicar quando mandam a campo, utilizando-se recursos públicos, e que não mandam essas equipes devidamente aparelhadas. Eu vejo, por exemplo, que foram alocados a V.Sa.com outros agentes de outras localidades e sequer, pelo que entendi aí, sequer V.Sas. foram vistoriar uma autorização de desmate que porventura tenha respaldado a origem dessa madeira. Estou certo ou estou errado?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Só fizemos a fiscalização da madeira.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Da madeira. Então, não tem como, Sr. Presidente, se fazer — quero repetir as palavras do Deputado Zé Geraldo — de forma atabalhoada esse projeto, se está brincando com recursos públicos, essa é a verdade. Não tem como se mandar uma equipe para campo sem o devido conhecimento do que a instituição autorizou. Quer dizer, se os senhores tivessem ficado dentro do hotel, os resultados poderiam ter sido os mesmos, evidentemente resguardados todo o interesse do trabalho dos senhores. Fazer uma vistoria, uma inspeção industrial sem as devidas informações com relação à base de origem, se plano de manejo ou se autorização de desmate ou outro instrumento que possa dar origem à madeira, é chover no molhado, é querer passar a mão na cabeça do que está errado e deixar por isso mesmo. Estou certo ou estou errado?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Certo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Perfeito. Continuando, essas eram as questões que eu queria fazer, Sr. Presidente. E quero fazer algumas perguntas, mas quero me contrapor aqui também, ao mesmo tempo em que elogio essa atitude de Deputado Zé Geraldo, quero me contrapor às suas posições com relação do ontem e do hoje. Eu não vejo, sinceramente, falo isso com toda a responsabilidade, com a admiração que eu tenho pelo trabalho da Ministra Marina Silva, pela admiração que tenho pelo Presidente do IBAMA e pelos trabalhos corretos e sérios que tanto a Ministra quanto o Presidente do IBAMA exercitam, mas quero entender que nada tem sido feito efetivamente de novo para que se retome a pauta da política ambiental brasileira. E falo isso com conhecimento de causa, não falo para fazer ilações impróprias.



Vejo também que esse projeto que tramita na Câmara dos Deputados não se traduz num instrumento com efetividade para se conferir sustentabilidade a processo nenhum de proteção ambiental. Enquanto não resolvermos o problema de regime de manejo e problema fundiário, vamos estar chovendo no molhado, é bom que a gente coloque isso. Então, de forma responsável, quero colocar essas posições também, porque senão se vende à opinião pública que nós estamos resolvendo tudo na área ambiental. Pelo contrário, estou vendo é as coisas escangalhadas, eu estou vendo é que os escritórios locais estão sem recursos para trabalhar, estão sem combustível, estão sem veículos. Esses helicópteros que estão voando aí num pseudotrabalho de proteção ao desmatamento não vão levar a nada, nós temos é que buscar convergência para essas coisa.

Então, é dessa maneira que eu quero colocar, que nós precisamos efetivamente buscar convergências com os setores produtivos. Evidentemente, se existem maus empresários no setor madeireiro, está aí o trabalho da fiscalização, com a ajuda da Polícia Federal e de outros órgãos, para fazê-lo. Agora, nós temos que criar caminho para uma política florestal no País, temos que criar caminho para uma política de pesca, temos que criar caminhos para uma polícia de fauna, temos que criar uma política para o processo de licenciamento, senão nós paramos o setor público e privado. Então, essas coisas nós temos que discutir, evidentemente com serenidade.

E eu vou parar por aqui, Sr. Presidente, porque isso não é fato, não é objeto da CPI, mas quero perguntar ao Sr. Davson e, na realidade, fazer uma solicitação, Sr. Presidente, a solicitação que, com o auxílio da Assessoria desta Comissão, nós possamos requerer aos Departamentos de Floresta e de Fiscalização do IBAMA a relação completa das autorizações de desmates fornecidas em 2003 e 2004 com um prazo de uma semana para o fornecimento dessas informações, Sr. Presidente, porque não é preciso mais tempo para isso. Isso é baixar a tecla no computador e essa relação sair, estar à disposição desta CPI.

Nessa mesma leva, Sr. Presidente, solicitar a relação das autorizações de desmate ou planos de manejo. Refaço a minha pergunta inicial, Sr. Presidente, a relação dos planos de manejo e das autorizações de desmate expedida nos Estados mencionados e o número de autorizações ou planos de manejos vistoriados nesse período também.



Eu pergunto ao Sr. Davson, Sr. Presidente, se porventura as madeiras que foram encontradas fechadas, por ocasião da inspeção dos senhores, estavam fechadas em função da presença dos senhores ou se há muito tempo elas estavam fechadas? Se não constava nenhum movimento nas suas entradas e saídas de matéria-prima? Eu me refiro ao caderno de venda de matéria-prima para terceiros.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Olha, no Município, nós podemos pegar a relação das madeiras. Por via dessa denúncia, que estavam fechadas, nós fomos na madeira. Realmente, não tinha nenhum produto florestal lá. Fechada, de portão lacrada, máquinas desmontadas, sem maquinário...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Pátio limpo?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Pátio limpo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado.

Eu consulto a V.Sa. se tinha conhecimento do furto das ATPFs, cerca de 25 mil ATPFs, que ocorreram no Estado do Pará?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Houve um comunicado para todas as gerências desse furto.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O senhor teve conhecimento?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Houve esse comunicado para todas as gerências, mas eu não...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Os senhores, nessa inspeção, identificaram, porventura, alguma ATPF fruto desse furto?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Nenhuma madeira tinha ATPF. Por isso foram todas autuadas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Nenhuma tinha ATPF?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Nenhuma tinha ATPF.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente, minha pergunta é exatamente ao Departamento de Fiscalização: qual a providência concreta que foi adotada, além dos ofícios, para que se solucionasse o problema dos furtos nessas quase 25 mil ATPFs? Ao Departamento de Fiscalização, com auxílio da nossa Assessoria.

Solicitar também, Sr. Presidente, com auxílio da nossa Assessoria, resposta à pergunta: quantas empresas eram reincidentes dessas que foram avaliadas pela Operação Pica-Pau?



Finalizando, Sr. Presidente, nesse período em que os senhores estiveram nessa região, quantas operações de fiscalização foram feitas nas unidades de conservação, nos parques nacionais, nas reservas biológicas, nas florestas nacionais, nas estações ecológicas ou similares?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Essa pergunta, acho eu, só quem pode responder é a sede.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Não, eu pergunto durante essa operação que o senhor estava fazendo?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não. Eu só fui a Anapu. As outras operações, eu não sei, não posso informar.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sim. Eu pergunto se foi feita alguma nesse período?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Não, não.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Nenhuma?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Comigo, não.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Nenhuma?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Quando eu estava lá, não.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Nenhuma?

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DAVSON ALVES DE OLIVEIRA - Comigo, na área de Anapu, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Casara, vamos abrir uma excepcionalidade. Normalmente, todas essas perguntas são encaminhadas através de requerimentos, preparados pela Assessoria dos próprios Deputados. Como as suas observações são de extrema relevância e atingem o cerne da questão, eu vou solicitar que a Assessoria da própria CPI o auxilie na elaboração desses requerimentos, para abranger, exatamente, tudo aquilo que nós desejamos realmente atingir e requerimentos que possam ser aprovados já na próxima semana.

Queria agradecer a presença das testemunhas, dos Srs. Parlamentes, Assessores e presentes.

Declaro encerrada a presente reunião, convocando os Deputados para a próxima, no dia 18 de agosto, às 10h, no Plenário nº 5.



Muito obrigado.